



**Universidade Federal do Pará**  
**Campus Universitário do Guamá**  
**Centro de Geociências**  
**Curso de Especialização em Gestão Ambiental**

**Charlyngton da Silva e Silva**  
**Solange Henchen Trevisan**

**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, DIRETRIZES PARA GESTÃO  
AMBIENTAL: O EXEMPLO DE MEDICILÂNDIA – PARÁ**

**BELÉM,**  
**2008**

**Charlyngton da Silva e Silva**  
**Solange Henchen Trevisan**

**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, DIRETRIZES PARA GESTÃO  
AMBIENTAL: O EXEMPLO DE MEDICILÂNDIA – PARÁ**

Monografia de Especialização, apresentada para  
obtenção do título de Especialista em Gestão  
Ambiental.

Universidade Federal do Pará

Orientador: Prof. Dr. Nuno Alves Correia de  
Melo.

Co-orientadora: M.Sc. Ana Paula Santos Sousa

BELÉM,  
2008

**Charlyngton da Silva e Silva**  
**Solange Henchen Trevisan**

**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, DIRETRIZES PARA GESTÃO  
AMBIENTAL: O EXEMPLO DE MEDICILÂNDIA – PARÁ**

Monografia de Especialização, apresentada para  
obtenção do título de Especialista em Gestão  
Ambiental.

Universidade Federal do Pará

Data: 01 de fevereiro de 2008.

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Nuno Alves Correia de Melo.

Primeiro Membro: \_\_\_\_\_

Prof. M.Sc. Marcelo Augusto Moreno da Silva Alves

Segundo Membro: \_\_\_\_\_

Prof. M.Sc. Daniel Ramoa Farias

À sociedade civil organizada de Medicilândia.

## AGRADECIMENTOS

À Deus que na sua infinita misericórdia, sempre cuidou de todos nós com carinho;

A amiga Ana Paula, pela co-orientação e revisão.

Ao Professor Dr. Nuno Alves Correia de Melo, pela orientação;

A Universidade Federal do Pará, por proporcionar capacitação de qualidade;

A Fundação Viver, Produzir e Preservar por lutar por condições melhores de vida na região da Transamazônica e Xingu, e ainda por ceder espaço físico, equipamentos e tempo de trabalho, para a realização dessa monografia;

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Medicilândia, que gentilmente forneceram informações através de entrevistas; os que cederam material e, ainda aqueles que disponibilizaram-se em nos acompanhar nos diversos locais onde identificamos ações ambientais;

Em especial aos companheiros Anderson Serra, Juraci, Íris, Nelson e Derli que não mediram esforços para contribuir com nosso trabalho.

A amiga e Irmã Inês Trevisan, pelo apoio dado durante o período do curso;

Aos Movimentos Sociais, que garantem a participação social e contribuem para que o município possa alcançar um desenvolvimento sustentado;

A Prefeita Lenir Trevisan, pelas horas de entrevistas e vontade política de implementar o Plano Diretor no município;

A equipe técnica que fez frente na construção do PDP de Medicilândia

Aos nossos pais, pela criação, educação e exemplo de vida que são.

Por fim, a esposa Vanessa e ao marido Jair Estelio, por seu amor, carinho, ajuda e compreensão e nossos filhos Nauan; Sarah e Êmeli por nos dar ânimo e suportar nossa ausência.

O céu já foi azul, mas agora é cinza e o  
que era verde aqui já não existe mais.  
*(Legião Urbana)*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		p.
Figura 1	Mapa de localização dos municípios que compõem o território da Transamazônica.....	22
Figura 2	Mapa de solos.....	25
Figura 3	Mapa da hidrografia.....	27
Figura 4	Gráfico demonstrativo dos focos de queimadas no território da Transamazônica.....	29
Figura 5	Mosaico de unidades de conservação do Estado do Pará.....	31
Figura 6	Mapa do mosaico da Terra do Meio.....	33
Figura 7	Mapa do município de Medicilândia no contexto da Transamazônica.....	34
Figura 8	Mapa do relevo do município de Medicilândia.....	37
Figura 9	Mapa dos solos no município de Medicilândia.....	39
Figura 10	Mapa do desmatamento no município de Medicilândia.....	40
Figura 11	Medicilândia: os travessões, vilas, povoados e escolas.....	41
Figura 12	Imagem do satélite Ikonos da área urbana de Medicilândia.....	42
Figura 13	Audiência pública de pactuação das propostas e ações do projeto de lei.....	50
Figura 14	Leitura comunitária – Plano Diretor Participativo.....	51
Figura 15	Drenagem do igarapé Pacal.....	57
Figura 16	Participação dos moradores na drenagem do igarapé Pacal.....	57
Figura 17	Viveiro de mudas municipal.....	58
Figura 18	Mapa da micro bacia do igarapé Pacal.....	59
Figura 19	Asfaltamento da sede do município.....	70
Figura 20	Praça pública de Medicilândia.....	71
Figura 21	Local destinado a instalação do aterro sanitário em Medicilândia.....	72
Figura 22	Barragem da usina Pacal	73
Figura 23	Mina Pacal – local de captação de água.....	74
Figura 24	Alunos do projeto florescer no curso de jardinagem.....	75

**LISTA DE TABELAS**

	p.
Tabela 1	Focos de queimadas no território..... 28
Tabela 2	Localidades do espaço municipal de Medicilândia, segundo categoria e localização em relação à Transamazônica..... 36
Tabela 3	Instrumentos de Gestão Municipal de Medicilândia..... 44
Tabela 4	Ações Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente contempladas no PPA..... 46
Tabela 5	Fontes de informação por instituição..... 48
Tabela 6	Atividades do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável..... 55
Tabela 7	Metas e atividades..... 56
Tabela 8	Cronograma de abastecimento de água proveniente da Barragem..... 73

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADEPARÁ – Agência de Defesa Agropecuária do estado do Pará  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
COSANPA - Companhia de Saneamento do Pará  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDESP - Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
PACAL - Projeto Agro-canavieiro Abraham Lincoln  
PIN - Programa de Integração Nacional  
PMM - Prefeitura Municipal de Medicilândia  
PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRODES - Programa de Desmatamento  
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável  
RSQ - Roça Sem Queimar  
SAF - Sistema Agroflorestal  
SAGRI -Secretaria de Agricultura do Estado  
SECTAM- Secretaria de Estado de Meio Ambiente  
SIGIEP – Sistema de Informações Georreferenciadas da Infra-Estrutura Paraense  
SIPAM - Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

## SUMÁRIO

	p.
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	
<b>RESUMO</b>	9
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 OBJETIVOS</b>	12
<b>3 METODOLOGIA</b>	13
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	15
<b>4.1 CONTEXTO DO PLANO DIRETOR</b>	<b>15</b>
4.2 OS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS	17
4.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO MUNICIPAL	18
<b>5 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL</b>	21
5.1 PERFIL AMBIENTAL	23
<b>5.1.1 Solos do território</b>	23
<b>5.1.2 Geologia</b>	25
<b>5.1.3 Relevo</b>	26
<b>5.1.4 Cobertura Vegetal</b>	26
<b>5.1.5 Hidrografia</b>	26
<b>5.1.6 Clima</b>	27
<b>5.1.7 Desmatamento e Queimadas</b>	28
<b>5.1.8 O Patrimônio Ambiental</b>	29
<b>6 O MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA</b>	34
6.1 A SEDE DO MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA	42
6.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA	44
<b>6.2.1 Lei Orgânica Municipal</b>	44
<b>6.2.2 Código De Posturas – Lei Nº 017/89, de 23 de junho de 1989</b>	45
<b>6.2.3 Plano Plurianual - PPA 2006/2009</b>	45
<b>6.2.4 Lei de Diretrizes Orçamentárias</b>	47
<b>6.2.5 Plano Diretor Participativo de Medicilândia – Lei nº 306/2006 de 29 de dezembro de 2006</b>	47
6.2.5.1 A Política Ambiental do Plano Diretor de Medicilândia	51
<b>7 AÇÕES DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA CONTEMPLADA NAS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR.</b>	53
7.1 PROJETO MEDICILÂNDIA SUSTENTÁVEL	53
<b>7.1.1 Criação do Fórum da Agenda 21</b>	54

<b>7.1.2 Criação de um Sistema de Informações Territoriais</b>	54
<b>7.1.3 Elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável</b>	54
<b>7.1.4 Elaboração do Plano Diretor Participativo</b>	55
7.2 RECUPERAÇÃO DE NASCENTES	55
7.3 - 1ª CONFERENCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MEDICILÂNDIA	59
<b>7.3.1 Agrotóxicos</b>	60
<b>7.3.2 Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável.</b>	61
<b>7.3.3 Desmatamento</b>	61
<b>7.3.4 Lixo e Reciclagem</b>	62
<b>7.3.5 Água – Recuperação e Valorização do Igarapé Medicilândia.</b>	62
<b>7.3.6 Matas Ciliares</b>	63
7.4 ROÇA SEM QUEIMAR	64
7.5 LAVOURA CACAUEIRA	65
<b>7.5.1 Moção em manifestação de apoio aos cultivadores da lavoura cacaueira</b>	67
7.6 CONFERÊNCIA DA CIDADE DE MEDICILÂNDIA	68
<b>7.6.1 Questão fundiária</b>	69
<b>7.6.2 Habitação</b>	69
<b>7.6.3 Saneamento Básico</b>	69
7.7 ATERRO SANITÁRIO	71
7.8 DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA EM MEDICILÂNDIA	72
7.9 ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA)	74
7.10 PROJETO FLORESCER	74
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	77
<b>9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	79
<b>ANEXOS</b>	81

## RESUMO

Em 12 de maio de 2008 o município de Medicilândia completará 20 anos, mas já apresenta graves problemas ambientais. Isso se dá devido ao modelo de ocupação implantado no território da Transamazônica na década de 70, com características de uma dinâmica sócio econômica eminentemente rural, com destaque para atividades produtivas de base agropecuária e florestal. Este trabalho apresenta um estudo sócio ambiental de Medicilândia e utiliza o Plano Diretor Participativo como referencial para discutir os vários problemas percebidos no espaço do município. Para a coleta de dados, participamos de uma série de oficinas e Conferências Municipais, como da Cidade e Meio Ambiente, foi realizado levantamento dos Instrumentos de Gestão Municipal, como: Lei Orgânica, Código de Posturas, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Diretor além do levantamento das atividades de caráter ambiental que estão sendo desenvolvidas no município pela administração pública e sociedade civil organizada, com a finalidade de verificar a relevância da legislação ambiental existente no município que antecede a construção do Plano Diretor Participativo e, se as propostas discutidas pela sociedade e contempladas no Plano estão sendo postas em prática. Tendo como objetivo: Identificar que propostas ambientais o plano diretor municipal de Medicilândia contempla; Identificar as Ações Desenvolvidas pela Prefeitura no Município de Medicilândia, contempladas nas diretrizes do Plano Diretor; e avaliar os desafios e Potencialidades identificados na implementação das diretrizes propostas no Plano Diretor Municipal.

**Palavras Chave: Plano Diretor, Meio Ambiente, Medicilândia**

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Medicilândia teve sua origem relacionada ao Programa de Integração Nacional (PIN). Este programa implantado, a partir de 1971, pelo Governo Federal promoveu a construção de Agrovilas ao longo da Rodovia Transamazônica destinadas aos colonos assentados no local. Medicilândia teve origem na agrovila que foi instalada no km 90 da Rodovia BR 230 Transamazônica, trecho situado entre Altamira e Itaituba. Em 06 de maio de 1988, através da Lei nº 5.438, foi elevado à categoria de município.

Com a construção da Rodovia Transamazônica e a implantação de projetos de colonização a região em que hoje se encontra o município de Medicilândia passou a sofrer um processo de ocupação de suas terras, gerando fortes impactos ambientais sobre a cobertura vegetal e sobre os recursos hídricos. A expansão que a fronteira agrícola vai experimentar se consolida com a expansão da atividade madeireira e a pecuária que a partir dos anos 90 também se intensificam.

O Município de Medicilândia está no momento adequado para planejar o seu processo de crescimento com ordenamento dos espaços, tornando-se bonita e agradável, com eficiência de infra-estrutura e atendimento dos serviços públicos, garantindo qualidade de vida às pessoas que moram nesse município e às gerações futuras.

Entretanto, existe um crescente processo de urbanização nesse município, com crescimento acelerado da cidade, surgimento de novas vilas e agrovilas rurais, proporcionado não só pelo crescimento “vertiginoso” da população, pela migração interna do município, no sentido rural-urbano, mas principalmente pela chegada de contingente populacional de outras cidades e regiões do país, tendo em vista a dinâmica socioeconômica regional em curso, promovida pela expectativa das grandes obras de infra-estrutura (Asfaltamento da BR-163 e BR-230, ampliação de áreas de exploração agropecuária e Construção da Hidrelétrica de Belo Monte).

O processo de planejamento do desenvolvimento das cidades atualmente insere-se num contexto de mudança de seu próprio paradigma. O conceito de planejamento normativo – baseado em normas reguladoras da atividade privada na produção da cidade, expedidas por técnicos, dá lugar ao planejamento estratégico por meio do qual o poder público exerce seu papel de agente aglutinador e propositivo da atuação integrada e participativa dos diversos atores que constroem a cidade. Os Planos Diretores

Participativos são experiências recentes no horizonte da construção da cidadania e tidos como parte de um novo marco na prática do planejamento urbano.

O Ministério das Cidades, nas orientações para a implantação de planos diretores sugere que seja feita uma leitura técnica e outra comunitária no âmbito do município, como forma de melhor traduzir as carências e as ações prioritárias para a posterior consolidação dos mesmos.

A construção do Plano Diretor de Medicilândia se deu a partir da contribuição da Fundação Viver Produzir e Preservar, como organização do movimento social regional que tem como missão “contribuir para as políticas de desenvolvimento sustentável na Transamazônica e Xingu” através do apoio da Fundação Ford, junto à vontade política do município em enfrentar o desafio de organizar e planejar o processo de crescimento dessa cidade.

Medicilândia é caracterizado por uma dinâmica socioeconômica eminentemente rural, com forte destaque para as atividades produtivas de base agropecuária e florestal, além de possuir crescente demanda por serviços públicos que atendam a população residente nas áreas rurais. Por esse aspecto, na elaboração do Plano Diretor de Medicilândia se reconheceu tais especificidades, criando estratégias de inclusão nos estudos técnicos e debates comunitários, de uma ampla reflexão acerca das questões que articulam o meio rural e o urbano, a partir de leituras técnicas e comunitárias, proporcionando assim a garantia da participação popular.

## **2 OBJETIVOS**

Realizar uma análise crítica do Plano Diretor Participativo de Medicilândia, como importante instrumento de gestão municipal, com enfoque na vertente ambiental, partindo da identificação de outros instrumentos de gestão ambiental, a identificação de ações de caráter ambiental desenvolvidas pelo poder público municipal que estejam contempladas no Plano Diretor e por fim analisar o andamento dessas atividades.

### 3 METODOLOGIA

Na construção deste trabalho partimos de um ponto de vista subjetivo para a escolha deste tema, optamos por uma pesquisa participante, em um percurso investigativo, de natureza qualitativa. Acompanhando, e por vezes intervindo no desenvolver das atividades ambientais no município, pois decidimos entrar em parceria com os movimentos sociais e com a gestão administrativa.

A realização deste trabalho também incluiu coleta de dados em campo visando obter informações primárias e observações in loco sobre a realidade sócio ambiental no município, através de entrevistas que coletaram as vozes dos representantes das secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, Educação e Cultura, Ação Social, Secretaria de Obras, Lideranças do Movimento Social, Poder Executivo e Legislativo, além de sessões de participação popular na forma de oficinas. As entrevistas foram feitas no decorrer do ano de 2007 e início de 2008. Gravadas em aparelho MP4 e posteriormente transcritas. As fotografias foram feitas em máquina digital Sony 5.0 Mega Pixels e também foi utilizado fotografias digitais cedidas pelo Departamento de Meio Ambiente e pelo Projeto Florescer.

O Plano Diretor Participativo foi o referencial utilizado para discutir os vários problemas percebidos no espaço do município. A participação em uma série de oficinas e Conferências Municipais da Cidade e Meio Ambiente, tiveram como preocupação principal mostrar os limites e as potencialidades do Plano Diretor diante das questões regionais e urbanas.

Foram realizados levantamentos dos Instrumentos de Gestão Municipal, como: Lei Orgânica, Código de Posturas, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Diretor e levantamento das atividades de caráter ambiental que estão sendo desenvolvidas no município pela administração pública e sociedade civil organizada, com a finalidade de verificar a relevância da legislação ambiental existente no município que antecedem o Plano Diretor Participativo, e se as propostas discutidas pela sociedade e contempladas no Plano estão sendo postas em prática.

As bases cartográficas utilizadas para elaboração dos mapas foram as da FVPP/2005, do IBGE/2002, do ISA/2003, do SIGIEP/2003 e do SIPAM/2005, e os aparelhos GPS adotados para coletas dos pontos foram os modelos Garmin Legend III Plus e Garmin Legend Etrex, no sistema de projeção cartográfica geográfica, e datum sad69. A imagem apresentada para ilustração da Sede do Município de Medicilândia foi obtida através do satélite Ikonos e no mapa da Micro bacia do igarapé Pacal foi utilizado imagem

LANDSAT da EMBRAPA, 1999. Tanto o tratamento e processamento dos dados quanto a produção dos mapas foram realizados através de software ARCVIEW 3.2.

As cartografias temáticas elaboradas como informação secundária são: mapas de solos, mapas de relevo e de áreas desmatadas, todas apresentadas na escala 1:500.000.

O mapa de desmatamento de Medicilândia foi elaborado com informações do Programa de Desmatamento (PRODES) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), indicando as situações existentes até o ano 2003 e no período 2003/2004. Esse tipo de mapa, na escala regional, indica os diversos tipos de cobertura vegetal, assim como a sua ausência por desmatamentos antrópicos e queimadas. O mapa “áreas desmatadas” permite, entre outras coisas, subsidiar a planificação, zoneamento e ordenamento do território, serve de base para a determinação de zoneamento agrícola, assim como para uma melhor realização dos processos de colonização e reforma agrária.

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1 CONTEXTO DO PLANO DIRETOR

O Estatuto da Cidade é a lei federal 10.257 de 10 de julho de 2001, em vigor desde outubro de 2001, regulamentando a Constituição Federal de 1988 no trato da política urbana e de questões importantes para a vida nas cidades brasileiras, tais como: a relação entre a cidade (o urbano) e o campo (o rural), onde se constrói a expansão urbana, o uso e a ocupação do solo urbano e a habitação, especialmente em áreas de moradia de população de baixa renda e mecanismos de regularização fundiária; a relação entre a cidade e o meio ambiente em que se insere, no sentido de garantir a sustentabilidade ambiental; as parcerias entre os setores privados e o governo quando de intervenções no ambiente urbano; a gestão democrática nas decisões sobre intervenções na cidade e no campo. (Estatuto das Cidades, 2001).

O Plano Diretor é um instrumento de gestão utilizado há algum tempo como ferramenta para a condução do ordenamento territorial pela administração municipal. Historicamente sabe-se que em 1930 foi elaborado o primeiro Plano Diretor para uma cidade brasileira, o Rio de Janeiro. Nos 77 anos que se seguiram, muitos outros instrumentos semelhantes foram preparados para outras capitais e cidades menores, mas, aparentemente por não trazerem os resultados esperados em relação à solução de problemas urbanos, acabaram por ficar esquecidos diante da realidade urbana que a cada dia se incumbia de dar novas feições a carências consolidadas nesses municípios.

Os Planos Diretores, no entanto, não devem ser encarados como solução de todos os problemas do município. Certamente é melhor interpretá-los como ferramentas de apoio na gestão municipal seguindo a dinâmica do município, concorrendo para a orientação da consolidação de soluções necessárias e apontadas pela construção de consensos que tenham origem nas reflexões dos segmentos sociais organizados juntamente com a administração local. O que tem acontecido nas últimas décadas é a construção de planos quase sempre sem refletir o pensamento de segmentos populares, já que a população na maioria das vezes, não é ouvida nem participa das discussões nem na elaboração do documento final.

Entretanto, de acordo com a história, os Planos Diretores têm expressado uma prática tecnicista baseada numa concepção de planejamento físico-territorial clássico com

uma atuação preferencialmente institucional. Alerta Villaça que nas últimas décadas, estes planos tem cumprido um papel ideológico mais do que instrumento de orientação da gestão e dos investimentos (VILLAÇA, 1999). A ação do planejamento urbano tem sido um instrumento de poder e obtenção de privilégios.

Segundo Maricato (2001), não interessa um plano normativo apenas, que se esgota na aprovação de uma lei, mas sim que ele seja comprometido com um processo, uma esfera de gestão democrática para corrigir seus rumos, uma esfera operativa, com investimentos definidos, com ações definidas e com fiscalização. Defende, ainda, um planejamento incluyente, no qual a política de inclusão urbanística tem em seu eixo a defesa do direito à moradia e à cidade, sendo que o direito à moradia deve estar vinculado ao direito à cidade. A produção de moradia exige um “pedaço de cidade” e “não um pedaço de terra nua”, significa que por terra urbana entende-se aquela servida por infra-estrutura e serviços (rede de água, rede de esgoto, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde e outros). Por fim a autora coloca o seguinte desafio: É possível desenvolver um planejamento democrático no Brasil?. Este parece ser o desafio que estava colocado para o Estatuto da Cidade.

A necessidade de elaborar Plano Diretor está presente tanto na Constituição Federal de 1988 nos art. 182 e 183, que se refere à política urbana como no Estatuto da Cidade. Em que pese seu caráter de obrigatoriedade. Conforme o Estatuto da Cidade, nem todos os municípios brasileiros são obrigados a elaborar seu Plano Diretor. Apesar disso, o Ministério das Cidades recomenda que todos os municípios brasileiros o façam.

“O Plano Diretor é importante instrumento para o pleno desenvolvimento do município e para que a cidade e a propriedade cumpram mais satisfatoriamente suas funções sociais. Em todos os casos, obrigados pelo Estatuto da Cidade, ou não, é desejável que todos os municípios brasileiros conheçam a sua realidade, que se dediquem a reduzir as desigualdades, a prevenir a degradação ambiental, a melhorar a qualidade de vida e a buscar o pleno desenvolvimento sustentável de suas potencialidades. Elaborar e aprovar o Plano Diretor sempre será providência indispensável para implementar a maioria dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.”<sup>1</sup>

O Governo Federal tem procurado encarar o desafio da gestão de cidades neste novo século como um desafio para a melhoria da qualidade de vida no país. Para estar na condução desse desafio, o Governo criou o Ministério das Cidades e, a partir deste, busca a

---

<sup>1</sup> Ministério da Cidade **Plano Diretor Participativo. Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos.** Brasília, Ministério das Cidades, 2004.

implantação de Planos Diretores e outros instrumentos de gestão como meios e oportunidades para que os cidadãos possam construir e reconstruir espaços urbanos humanizados, integrados ao ecossistema onde se implantam, respeitando a identidade e a diversidade cultural, incluindo no debate local todos os segmentos (social, econômico e político), envolvidos na consolidação gradual do município.

Segundo Maricato, não interessa um plano normativo apenas, que se esgota na aprovação de uma lei, mas sim que ele seja comprometido com um processo, uma esfera de gestão democrática para corrigir seus rumos, uma esfera operativa, com investimentos definidos, com ações definidas e com fiscalização.

Defende, ainda, um planejamento incluyente, no qual a política de inclusão urbanística tem em seu eixo a defesa do direito à moradia e à cidade, sendo que o direito à moradia deve estar vinculado ao direito à cidade. A produção de moradia exige um “pedaço de cidade” e “não um pedaço de terra nua”, significa que por terra urbana entende-se aquela servida por infra-estrutura e serviços (rede de água, rede de esgoto, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde e outros). Por fim a autora coloca o seguinte desafio: É possível desenvolver um planejamento democrático no Brasil? (MARICATO, 2001). Este parece ser o desafio que estava colocado para o Estatuto da Cidade.

#### 4.2 OS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS

É uma experiência recente no horizonte da construção da cidadania e tida como parte de um novo marco na prática do planejamento urbano. O Ministério das Cidades, nas orientações para a implantação de planos diretores sugere que seja feita uma leitura técnica e outra comunitária no âmbito do município, como forma de melhor traduzir as carências e as ações prioritárias para a posterior consolidação dos mesmos.

É preciso considerar que essa característica inovadora de construção participativa precisará realizar articulações entre as necessidades urbanas e rurais, buscando soluções no diálogo, especialmente no que tange à implantação de infra-estrutura e serviços, procurando conciliar demandas semelhantes observadas tanto na área rural quanto na sede, promovendo, enfim, uma prática de planejamento embasado na participação e desenvolvimento com justiça social.

O Plano Diretor Participativo, precisa ler a cidade, buscando identificar e compreender as dinâmicas que ocorrem entre as diferentes faces do município, de forma

que o plano não se transforme num mero pacote técnico desprovido de conteúdo originado no debate social, diante da conjuntura que hoje convida à discussão das questões urbanas.

Na maioria dos municípios brasileiros das outras regiões, diferentemente do Norte, há uma clara interface entre o urbano e o rural, com limites definidos, o que permite o estabelecimento de estratégias para a composição de soluções mais facilmente concretizáveis.

Entretanto, no caso de municípios da região da Amazônia, em função de suas dimensões (por exemplo, na região da Transamazônica, o município de Altamira é maior que o estado de Sergipe), dos diferentes processos de ocupação, das diferentes vocações locais e do perfil dos habitantes (migrantes são uma presença constante na Transamazônica, mas os povos tradicionais, ribeirinhos e frutos de mesclas entre índios e não índios estão presentes em toda parte), a elaboração de Planos Diretores Participativos deve ser vista como uma tarefa bastante distinta daquela presente em municípios de outras regiões do país.

#### 4.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO MUNICIPAL

O funcionamento da gestão municipal pressupõe uma série de instrumentos legais necessários para que a tomada de decisão e a execução de obras e serviços pela municipalidade seja realizado a contento. O conjunto de instrumentos e órgãos de administração direta e indireta forma um sistema com estruturas, objetivos e funções determinadas. O exame dos instrumentos e das estruturas organizacionais de uma dada prefeitura demonstra o nível de organização e de sua capacidade de intervir na dinâmica social e econômica do município, bem como da forma como se dá a espacialização das dinâmicas da gestão e dos problemas encontrados no município. Dentre os instrumentos legais necessários para a consecução da gestão, destaca-se o em um primeiro grupo, voltado ao planejamento e a gestão orçamentária e programática dos vários setores públicos de atuação, os planos de governo, os planos plurianual, as leis de diretrizes orçamentárias. Em um segundo grupo estão os instrumentos de gestão urbana, composto de leis de perímetro urbano, leis de parcelamento do solo, leis de zoneamento, códigos de edificações e códigos de posturas, tidos como os instrumentos capazes de regulamentar as relações entre o espaço público e os cidadãos e entre os cidadãos entre si enquanto usuários de espaços públicos estendendo-se ao espaço de uso privativo. Antes de uma análise dos

instrumentos encontrados no município, que também é objeto deste trabalho, segue um detalhamento de cada um destes instrumentos.

**O Plano de Governo municipal** consiste de um conjunto de políticas e diretrizes destinadas a atingir, num horizonte de um mandato governamental, os objetivos do programa de governo apresentado no período de sua candidatura. Por tratar-se de um plano para uma gestão pode ser considerado de médio prazo. Nele estarão explicitadas as linhas mestras de atuação do prefeito. Espera-se como resultado do processo democrático de escolha de prefeitos, que o plano de governo esteja ajustado **ao plano diretor municipal**. Já o **Plano Plurianual** é o instrumento de planejamento de médio prazo, cuja elaboração deverá ser setorizada e regionalizada, apresentando objetivos e metas a serem atingidas pela municipalidade, especificando as despesas de capital, inclusive aquelas relativas a programas de duração continuada. As despesas de capital consistem de investimentos, inversões financeiras e transferências de capital de outras instâncias governamentais.

**A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** compreende em sua redação as metas e prioridades da administração municipal para o exercício financeiro subsequente, devendo ser definidas em consonância com o Plano Plurianual. A LDO é o que orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispondo sobre alterações na legislação tributária em vigor para um determinado ano, configurando-se em um instrumento de planejamento de curto prazo. Outros instrumentos de curto prazo são os planos anuais de trabalho e os orçamentos-programa anuais, os quais definem de forma regionalizada e setorizada os projetos e metas físicas e financeiras a serem cumpridas em cada ano civil. Os demais instrumentos de planejamento como planos e programas deverão ser definidos de acordo com a necessidade de cada municipalidade, podendo ser regionais, setoriais ou projetos específicos para uma porção territorial.

Em relação à gestão urbana, o instrumento mais importante é o Plano Diretor, objeto das ações em curso no município de Medicilândia. Mesmo no caso da inexistência do Plano Diretor, a municipalidade pode dispor de instrumentos visando o controle do uso e da ocupação do solo municipal. As leis que têm esse objetivo regulam a ação dos cidadãos quanto à utilização do espaço municipal. A Lei de **Perímetro Urbano** é considerada de fundamental importância por definir tanto para fins urbanísticos como para fins tributários a área com condição urbana ou urbanizável. A Lei de perímetro urbano se

constitui em condição para que o município possa arrecadar o IPTU. Depois de promulgada a lei municipal instituidora ou ampliadora da zona urbana, a prefeitura deverá enviar seu texto integral ao INCRA para a cessação de sua jurisdição sobre a nova área urbana e transferência da cobrança do ITR para o IPTU incidente sobre o terreno (Meirelles, 1990).

**A lei de parcelamento do solo** em conjunto com **a lei de zoneamento** determinará diretrizes para a divisão do solo urbano em lotes e como deverá ser feita a sua utilização, tanto em termos de intensidade como de funções. Os princípios urbanísticos a serem utilizados deverão dispor sobre condições de conforto ambiental urbano, como por exemplo quanto à presença de ventos dissipadores de odores, áreas de risco para ocupação urbana deverão ser respeitadas e outras normas cabíveis. Já o **Código de Edificações** determinará parâmetros de desempenho do interior das edificações, determinando padrões de utilização de ambientes internos.

O **Código de Posturas**, o instrumento mais comumente encontrado nos municípios fora das regiões metropolitanas, tradicionalmente dispõe de uma série de questões relacionadas a utilização do espaço público, seja ele fechado como no caso de casas de espetáculos ou abertos como feiras livres. Incluem nele as determinações quanto à higiene e padrões de convívio entre os cidadãos. A revisão dos códigos de postura necessita ser feita sob pena de, caso não sejam atualizados, não acompanharem o desenvolvimento econômico e tecnológico nas cidades.

## 5 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território da Transamazônica, elaborado pela Comissão de Instalação das Ações Territoriais – Transamazônica (CIAT), sob coordenação da Fundação Viver, Produzir e Preservar, durante 21 anos da história da República Brasileira (1964 a 1985), a nação foi comandada por presidentes militares, período conhecido na História como Ditadura Militar. Neste período, os governos militares, com o propósito de “desenvolver” a região amazônica, implantaram obras de infra-estrutura caracterizadas como “Grandes Projetos” e incentivaram a entrada de empresas multinacionais na região. A expansão das atividades produtivas e o povoamento da região da Transamazônica se deram com a abertura da BR 230 (Rodovia Transamazônica), que foi construída no âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN). Este programa aconteceu no início dos anos 70 e visava promover a colonização da região por agricultores das várias regiões do Brasil, assentando-os em lotes de 100 hectares ao longo da Rodovia recém aberta e nos travessões<sup>2</sup>.

A ação de transferir agricultores destas regiões tornou-se uma forma de adiar a resolução de um dos problemas seculares do Brasil, que é a Reforma Agrária. Na tentativa de solucionar as tensões no campo que estavam ocorrendo nestas regiões, o governo estabeleceu uma política de colonização, trazendo estes agricultores para a Amazônia, utilizando o lema “Terras sem Homens para Homens sem Terra”.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi o órgão responsável pelo loteamento das terras e assentamento das famílias e mais tarde, pela titulação destas terras, bem como a devida assistência técnica e infra-estrutura para que estes colonos, recém assentados, pudessem produzir. No entanto, durante esse período, não foram levadas em consideração as especificidades dos ecossistemas amazônicos. Buscou-se instalar aqui um modelo de desenvolvimento estabelecido para outras regiões do Brasil, incentivando as práticas de derrubada e queima da floresta.

Durante esse período, o país vivenciou o “Milagre Brasileiro” do crescimento econômico, comandado pelo então Ministro da Fazenda Delfim Neto. No contexto internacional da época, a “Guerra dos Seis Dias” ocorrida no Oriente Médio, provocou uma grande crise mundial de petróleo. Isso levou o governo brasileiro a criar o Programa de Incentivo a Produção de Álcool (Pró-álcool), que incentivava as montadoras a

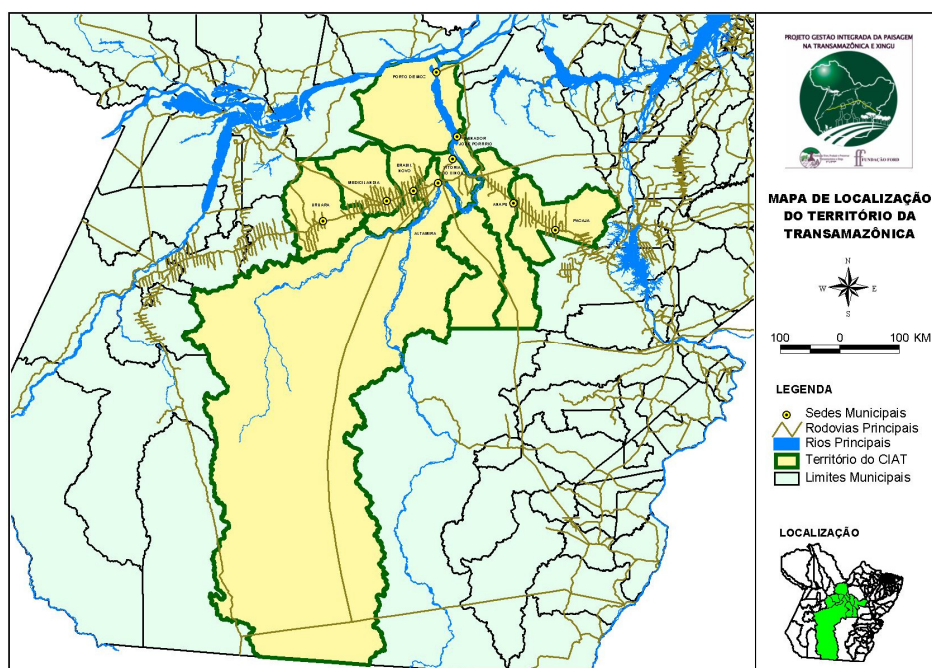
---

<sup>2</sup> Estradas vicinais abertas em sentido Norte-Sul perpendicular à Rodovia Transamazônica, com aproximadamente 10 km de extensão, formando uma “espinha de peixe”.

produzirem automóveis que utilizassem este combustível e ao mesmo tempo, incentivava a produção de cana-de-açúcar no país. Nesta perspectiva foi implantado o Projeto Agrocanavieiro Abraham Lincoln (Usina Pacal), no km 92 da Rodovia Transamazônica, atual município de Medicilândia. No entanto, o projeto da Usina foi abandonado pelo governo, e mesmo com uma série de reivindicações dos trabalhadores, a usina não foi reativada.

A Rodovia BR 230 apesar de ser mais um dos projetos inacabados do governo federal, tornou-se um dos fatores que contribuíram para a formação do território geográfico da Transamazônica, considerando que vários municípios foram formados às margens desta rodovia. O território configurou-se em seu formato atual, destacando-se como um dos maiores pólos produtores de cacau e madeira em tora do Brasil e um dos maiores produtores de gado e café do estado Pará. Entretanto, enfrentou problemas relacionados à falta de infra-estrutura, assistência técnica, comercialização e verticalização da produção agrícola.

A luta pela resolução dos problemas da região deu início à formação e organização dos movimentos sociais, no final dos anos 70 e início dos anos 80. O avanço destas lutas e a articulação entre estes movimentos de vários municípios propiciaram a configuração das iniciativas de reflexão e proposição na perspectiva do desenvolvimento territorial. A instituição oficial do Território da Transamazônica pelo governo federal ocorreu em 2004, congregando nove municípios (figura 1).



**Figura 1: Mapa de localização dos municípios que compõem o território da Transamazônica.**  
Fonte: Projeto Gestão Integrada da Paisagem na Transamazônica e Xingu, FVPP, 2006.

## 5.1 PERFIL AMBIENTAL

### 5.1.1 Solos do território<sup>3</sup>

Os principais tipos de solos encontrados com maior predominância no território da Transamazônica são:

Os **Podzólicos Vermelho-Amarelo** são poucos profundos, ácidos e com textura média argilosa, drenado e poroso. Tem perfis com horizonte superficial de acumulação de argila, saturação de bases baixas e médias. Encontra-se em encostas de chapadas e topos, com relevo plano a ondulado. É aproveitado para produção de mandioca, milho, arroz, frutas (manga, caju, banana) e pecuária. Apresenta fertilidade natural, sua ocorrência pode ser verificada em todos os municípios do território.

Os **Latossolos Amarelos** são solos profundos, drenados, de textura média a muito argilosa, são muito ácidos. Distribuem-se em áreas de topos, chapadas, acima de várzeas, apresentam relevo plano com pequenas e suaves elevações. Tem ótimo potencial agrícola e podem ser utilizados para pecuária extensiva, produção de milho, arroz, feijão, mandioca e pastagem. Ocorrem em todos os municípios do território.

Os **Latossolos Vermelho Amarelos** são solos profundos, de boa drenagem e com textura argilo-arenosa. É de baixa fertilidade e pouca aptidão para culturas anuais, sendo recomendados para culturas perenes e pastagens. Ocorrência em Altamira, Anapu, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Os **Gleissolos** são mal drenado devido a compactação. Ocorrem em Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz e Senador José Porfírio.

A **Terra Roxa Estruturada** tem fertilidade natural e boa drenagem, aptidão para culturas anuais e perenes. Contém areia, argila, calcário e húmus. Permite boa circulação do ar. Podem ser encontrados em Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

As **Areias Quartzosas** são solos arenosos, ácido, muito profundos, drenados, com baixo teor de argila. Apresenta-se em relevo plano e ondulado. Tem baixa fertilidade natural, textura arenosa e acidez elevada, que requer muita adubação orgânica e correção do pH. Ocorre em Altamira.

Os **Solos Aluviais** são poucos desenvolvidos, profundos, com diversos tipos de texturas, drenagem perfeita ou moderada. São encontradas nas várzeas dos rios e em

---

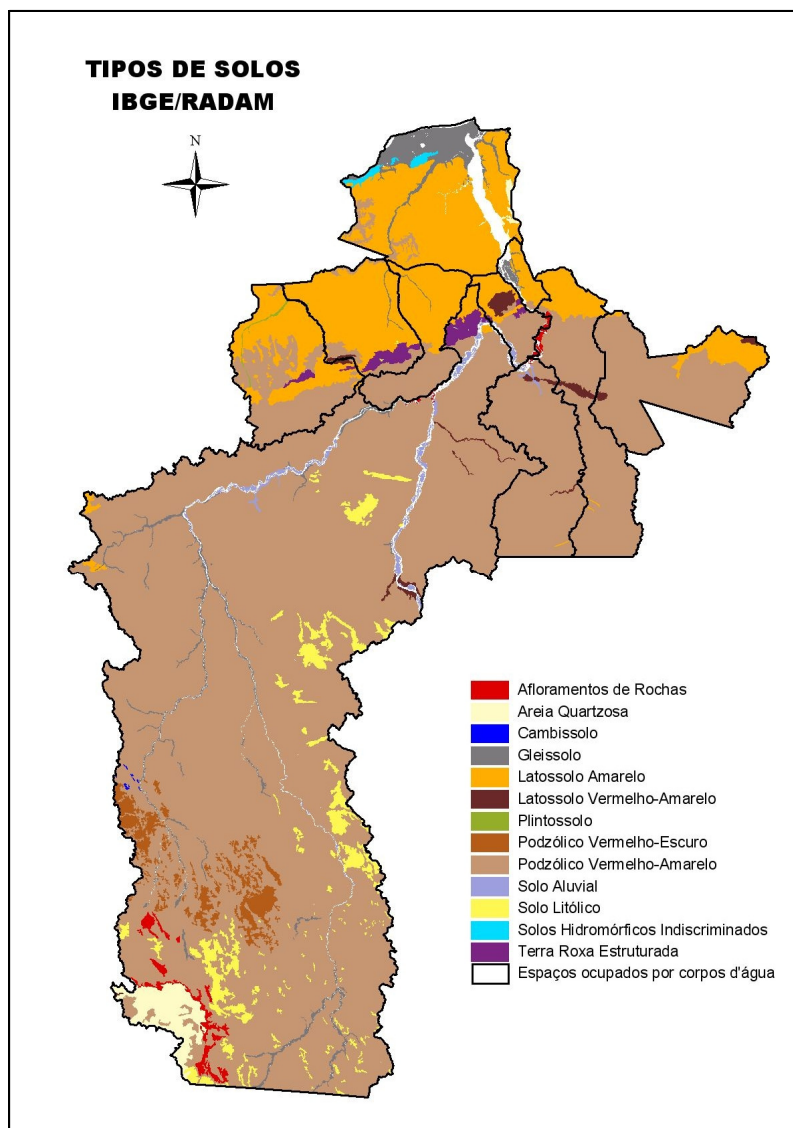
<sup>3</sup> Veja o Mapa de Solos, Figura 2

posições de terraços, com relevo plano. Quanto ao uso agrícola, são encontrados além do extrativismo do babaçu, as culturas de milho, arroz, feijão, mandioca, fruticultura e algumas pastagens e pecuária extensiva de bovinos. Ocorrem em Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.

Os **Cambissolos** são profundos ou rasos de textura média ou argilosos bem drenados. Ocorre em áreas com relevo plano e ondulado. Uso para o cultivo de arroz, pastagens e pecuária extensiva de bovinos. São solos férteis encontrados no município de Altamira.

Os **Plintossolos** são solos imperfeitamente drenados, possui textura arenosa, raramente argilosa, tendo coloração escurecida pela matéria orgânica, ocupam áreas de relevo plano ou suave ondulado de zonas de baixadas. Observa-se nesses solos o extrativismo do coco babaçu muita diversificação de cultura como mandioca, milho, feijão, fruticultura (manga, caju, banana) e pecuária extensiva. Ocorrem nos municípios de Medicilândia e Uruará.

Os **Hidromórficos Indiscriminados** abrangem diferentes classes de solos, as características dominantes são ditadas pela influência das más condições de drenagem. Tratam-se, de solos de baixadas inundáveis, normalmente planas, pouco profundas, e com características de encharcamento, resultando a acumulação de matéria orgânica superficial. Encontra-se em Porto de Móz.



**Figura 2: Mapa de Solos.** Fonte: Projeto Gestão Integrada da Paisagem na Transamazônica e Xingu, FVPP, 2006.

#### 4.1.2 - Geologia

A estrutura geológica do Território é bastante complexa e definida por grandes grupos de rochas. Nelas estão expostas rochas do Complexo Xingu, cujas rochas cristalinas e metassedimentares de natureza do período Pré-Cambriano do Inferior ao Médio, que sofreram sucessivos processos metamórficos que evidenciam sua evolução no tempo. Verifica-se o super grupo Uatamã com seus componentes vulcânicos. Ainda afloram no Território rochas básicas de idade Mesozóica.

Observa-se também a seqüência sedimentar que compõe a Bacia do Amazonas, representados pela Formação Trombetas; Curuá e Monte Alegre com predominância de arenitos; Formações Iriri e Sobreiro, Granito Velho Guilherme, de natureza intrusiva e

portadores de cassiterita; formações Gorotire e Triunfo, de natureza sedimentares. Completando a seqüência estratificada com os sedimentos Cenozóicos que englobam os sedimentos Terciários da Formação Barreiras; expressiva área do Quaternário atual e Recente, e os aluviões dos sedimentos inconsolidados de idade Quaternário, que constituem ao longo dos principais cursos d'água, as áreas de várzeas nas bordas destas.

#### **4.1.3 Relevô**

O relevô no território é bastante diversificado, compreende amplas áreas, caracterizadas por áreas de pequenas serras cristalinas, morros isolados (inselbergs), superfícies e escarpas tabulares, pequenas costas, setores de colinas, tabuleiros, terraços e aluviões, vales, e baixos platôs aplainados.

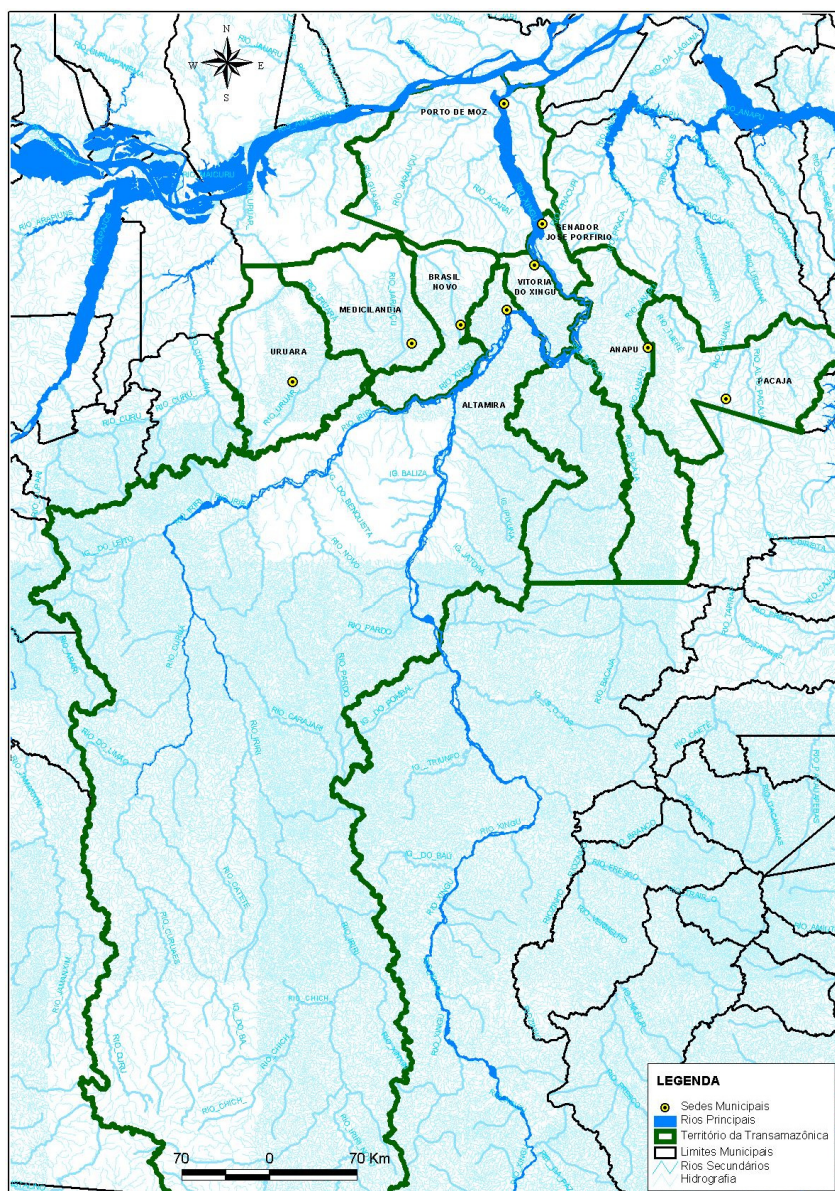
#### **4.1.4 - Cobertura Vegetal**

No território existem vários tipos de vegetação, essa distinção se baseia primordialmente na diferença de paisagens que estão ligadas as implicações relativas as condições de clima, solo, relevô, fertilidade, hidrografia etc. Os principais tipos de vegetação são: Floresta Aberta Latifoliada (cipóal), Floresta Densa Submontana, na superfície arrasada da Serra de Carajás, Floresta Densa dos Platôs da sub-região do Xingu – Tapajós, Floresta Densa de planície aluvial, ao longo dos cursos d'água e Floresta Aberta Mista (cocal). Às margens da Rodovia Transamazônica, os intensos desmatamentos incrementados a partir do programa de colonização, principalmente com a presença de cultivos agrícolas e da pecuária, favoreceram a remoção da cobertura vegetal primária e propiciaram o aparecimento da Floresta Secundária ou Capoeira.

#### **5.1.5 Hidrografia**

O território apresenta um grande potencial hídrico formado por rios, lagos, lagoas, igarapés, pertencendo a duas grandes Bacias Hidrográficas (Amazonas e Tocantins), de forma mais específica, abrangendo as Sub-Bacias Hidrográficas conjugadas aos rios: Tapajós, Pará e Xingu, apresentando um grande potencial hídrico tendo como principal o Rio Xingu, que promove a interligação entre municípios do território com grandes cidades da região, tais como: Belém, Santarém, Manaus, Macapá e até mesmo o acesso ao Oceano Atlântico (Via Rio Amazonas), e conta também, com um grande número

de igarapés tornando o sistema fluvial um importante meio de transporte, assegurando boas condições de fornecimentos de água tanto para agricultura como para a pecuária e aqüicultura. São rios caudalosos que necessitam de preservação e conservação, porque representam uma gama de ecossistemas aquáticos abrigando dezenas de espécies animais e vegetais que dependem deles para sua sobrevivência, veja figura 3.



**Figura 3 - Mapa da hidrografia.** Fonte: Projeto Gestão Integrada da Paisagem – FVPP

### 5.1.6 - Clima

O Clima do território da Transamazônica é quente e úmido, característico da Amazônia Brasileira, com precipitações pluviométricas entre 600 e 2000 mm. O período de chuvas vai de janeiro a junho e, a estação menos chuvosa é de julho a dezembro. A

temperatura anual no território varia entre 23 a 31°C. Quanto à umidade relativa do ar anual fica entre 80% a 81%.

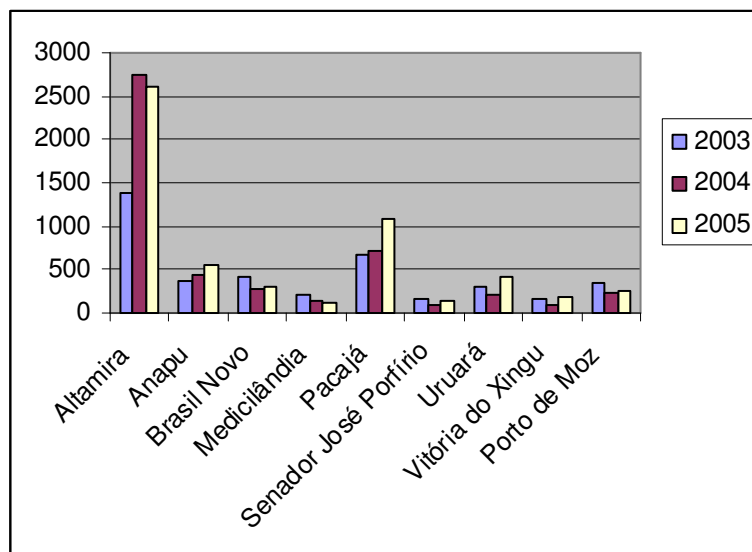
### 5.1.7 - Desmatamento e Queimadas

Os focos de queimadas ocorridos no território apresentam uma evolução no período de 2003 a 2006. A quantidade de focos mais que dobrou neste período, seguindo a mesma proporção de aumento de queimadas no estado. Altamira e Pacajá concentram um alto número de queimadas, conforme apresenta o tabela 1. É em Altamira que se concentra o maior número de desmatamentos. Ainda assim, este apresenta o maior percentual de áreas cobertas com Florestas Primárias e Secundárias do território, em decorrência de sua extensão geográfica.

**Tabela 1 - Focos de queimadas no território.**

<b>Municípios</b>	<b>Nº. de Focos 2003</b>	<b>Nº. de Focos 2004</b>	<b>Nº. de Focos 2005</b>	<b>Total</b>
Altamira	1390	2746	2598	<b>6734</b>
Anapu	373	446	559	<b>1378</b>
Brasil Novo	404	287	298	<b>989</b>
Medicilândia	211	129	110	<b>450</b>
Pacajá	668	716	1075	<b>2459</b>
Senador Jose Porfírio	160	96	133	<b>389</b>
Uruará	298	203	404	<b>905</b>
Vitória do Xingu	161	91	183	<b>435</b>
Porto de Moz	355	234	257	<b>846</b>
<b>Total do Território</b>	<b>3665</b>	<b>4714</b>	<b>5360</b>	<b>13739</b>
<b>Total do Estado</b>	<b>27214</b>	<b>30681</b>	<b>42323</b>	<b>100218</b>

Fonte: SECTAM, 2005 – Governo do Estado do Pará.



**Figura 4 - Gráfico Demonstrativo dos focos de queimadas no território da Transamazônica.** Fonte: SECTAM, 2005 – Governo do Estado do Pará.

Observa-se no gráfico no gráfico acima (figura 4) que o Município de Medicilândia apresenta um dos menores índices de foco de queimada do território da Transamazônica. Com uma constante diminuição entre 2003 e 2005.

Acreditamos que esta diminuição está diretamente relacionada a intensificação das ações do governo federal com fechamento das madeireiras. Outro fator de extrema importância é a forte presença da cultura do cacau (lavoura perene) tida como a principal atividade produtiva do município e que naturalmente desenvolve papel de Sistema Agro-Florestal (SAF), é importante salientar que grande parte da produção cacaueteira é proveniente da agricultura familiar, promovendo uma melhor distribuição de renda entre os pequenos e médios agricultores no município. Destacamos ainda o desenvolvimento de projetos pilotos no município como sistema Roça Sem Queimar (RSQ)<sup>4</sup>.

### 5.1.8 – O Patrimônio Ambiental

A importância ecológica no território também pode se justificar por conter grande parte das bacias dos rios Curuá do Sul ou Tutuí e Uruará, integrantes da bacia do rio Curuá-Una, como também pequenas partes das áreas indígenas Arara e Arara 1. Além disso, o território compreende uma parte de Floresta Nacional do Tapajós, cuja área é de 600.000 hectares. Distribuída pelos municípios de Aveiro e Santarém. Outros acidentes

<sup>4</sup> Veja mais informações sobre o Projeto na página 64

geográficos importantes são os rios Xingu e Iriri, com grande número de cachoeiras e ilhas. Também são encontradas as cavernas Planaltina e Limoeiro. A primeira, denominada Monumento Natural de Brasil Novo, é considerada a maior caverna em arenito da América do Sul, com 1.500 metros de desenvolvimento. A segunda, um Monumento Natural da Agrovila Tiradentes, em Medicilândia, tem aproximadamente 1.200 metros de desenvolvimento.

Existe uma proposta de criação do Monumento Natural de Senador José Porfírio, na área onde se localiza a gruta denominada Leonardo da Vinci com 176m de desenvolvimento, única gruta desenvolvida em rocha na Amazônia. Em Porto de Moz existem sítios arqueológicos desconhecidos pela maioria da população. O território da Transamazônica possui uma quantidade importante de áreas destinada à preservação ambiental como as Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e Extrativistas e Áreas indígenas, veja figura 5 - Mosaíco de Unidades de Conservação do Estado do Pará.

No território existem Florestas Nacionais (FLONAS), a de Altamira e a Flona do Xingu que foi incorporada à Estação Ecológica da Terra do Meio. As Flonas são unidades de conservação de uso direto destinadas a promover o manejo dos recursos naturais, principalmente à produção de madeiras e outros produtos vegetais; garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas e dos sítios históricos e arqueológicos; assim como fomentar o desenvolvimento de pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo.

A FLONA de Altamira, criada em 1998, tem uma área de 764.142 hectares, possui florestas ombrófilas densas e abertas, ricas em espécies madeireiras e animais. A gestão da FLONA reproduz os problemas enfrentados pelas unidades de conservação na Amazônia como a ação predatória de madeireiros, grileiros e fazendeiros e a fragilidade do aparelho do Estado encarregado na gestão do patrimônio ambiental.

**Figura 5: Mosaico de Unidades de Conservação do Estado do Pará.** Fonte: Projeto Gestão Integrada da Paisagem - FVPP

A área está sendo invadida a partir de uma estrada ilegal que sai da localidade de Moraes de Almeida e tem dezenas de ramais. Estima-se que o total de estradas ilegais dentro da FLONA de Altamira chega à cerca de 300 quilômetros<sup>5</sup>. Além de permitir o acesso à Terra do Meio, essas estradas facilitam a exploração ilegal de madeira, desmatamentos e grilagem de terras públicas. Esta ação ilegal dentro da floresta é sistemática e bem organizada. O processo começa com a entrada de madeireiros para retirar as espécies de madeira de valor comercial, principalmente ipê, cedro e jatobá. Em seguida, fazendeiros e grileiros derrubam o restante da floresta e queimam a área para implantação de pasto. No último levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram identificados pelo menos 13 polígonos com desmatamentos dentro dessa unidade de conservação.

A Floresta Nacional do Xingu foi incorporada à Estação Ecológica da Terra do Meio (figura 04) situando-se entre os rios Xingu e Iriri. Com 3,3 milhões de hectares essa unidade está localizada na região com maior pressão do desmatamento, da grilagem e dos conflitos fundiários no território da Transamazônica. É cercada por terras indígenas e possui uma das maiores áreas de floresta conservadas na Amazônia Oriental, sendo a segunda maior Unidade de Conservação do País, só perdendo para o Parque Nacional do Tumucumaque, no Estado do Amapá. Por isso, abriga numerosas espécies animais ameaçadas, incluindo onças, jacarés-açu, macacos-aranha, cuxiú da cara branca e tamanduás. Aqui, existe a maior concentração remanescente de mogno (*Swietenia macrophylla*) no Brasil. A Flona do Xingu é também importante para a proteção de comunidades indígenas situadas em suas proximidades, funcionando como zona-tampão para as terras indígenas Baú, Xipaya e Curuá, veja figura 6.

Nas áreas destinadas as Reserva Extrativista é possível desenvolver o uso sustentável dos recursos naturais, utilizando frutos, peixes, castanhas, óleos e até madeira, desde que isso seja feito sem esgotar os produtos que a natureza fornece. Além disso, a instalação de uma RESEX procura preservar a variedade de animais e de plantas, proteger a cultura tradicional e o modo de vida dos povos da floresta. No Território existem três Reservas Extrativistas: Riozinho do Anfrísio, Iriri e Verde Para Sempre, que juntas compreendem aproximadamente 2,5 milhões de hectares.

---

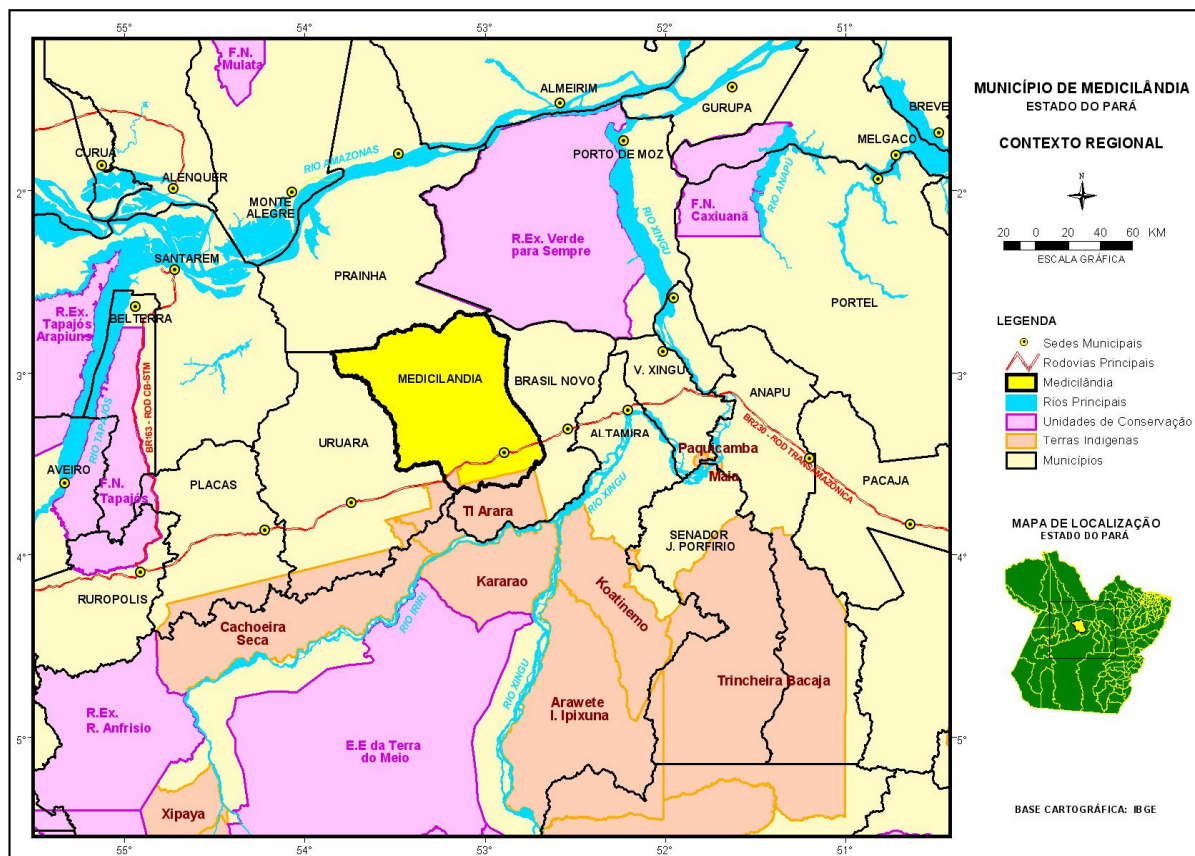
<sup>5</sup>

Dados obtidos do PDTRS

**Figura 6: Mapa do Mosaico da Terra do Meio.** Fonte: Projeto Gestão Integrada da Paisagem – FVPP

## **6 O MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA**

O município de Medicilândia, criado pela Lei 5.438 de 06 de maio de 1988, deve seu nome a um dos presidentes da ditadura militar (Emílio Garrastazu Médici). Sua instalação deve-se à implantação de uma ação de colonização para onde foram enviados brasileiros de várias categorias de expectativas e que, na lide diária, fazem até hoje a construção paulatina desse lugar, lutando em meio a uma diversidade complexa, muitas vezes sem apoio e orientação, mas contribuindo para a fixação do homem no solo da Amazônia. Veja figura 7, que identifica o Município de Medicilândia no Território da Transamazônica.



**Figura 7: Mapa do Município de Medicilândia no Contexto da Transamazônica.** Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto da FVPP, 2005.

O bairro mais antigo de Medicilândia é conhecido como Vila Pacal, fruto de um projeto agro-canavieiro para beneficiamento de cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar e álcool. O projeto foi implantado nos anos 70 e o crescimento de Medicilândia deu-se muito em função dele, já que a sede municipal surgiu a partir da instalação de um ponto de apoio a ônibus e caminhões que traziam gente em busca de trabalho e movimentavam insumos para o projeto. O projeto foi abandonado no fim dos anos 90 e há atualmente uma tentativa de reativação do mesmo, através de uma cooperativa de trabalhadores de Medicilândia. Até hoje, a captação de água para o abastecimento da cidade é feita na barragem construída pelo projeto Pacal.

O relatório do *IDESP*<sup>6</sup>, fornece aspectos gerais sobre o município e suas características:

<sup>6</sup> O extinto Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, Série MUNICÍPIOS PARAENSES, 1990. Os dados aqui apresentados têm mais um caráter informativo de aspectos do município que são relevantes até hoje – localização, limites e vizinhanças, aspectos climáticos, estrutura geológica.

- Sua área territorial é de 8.309,4 km<sup>2</sup> e foi desmembrada do município de Prainha. A sede municipal dista, pelo leito da Transamazônica, 90 km de Altamira e 280 km de Rurópolis – que é onde fica o entroncamento das rodovias Transamazônica (BR 230) e Cuiabá-Santarém (BR 163);
- A densidade demográfica é de aproximadamente 2,6 hab/ km<sup>2</sup>;
- Além da sede municipal, há vilas, agrovilas e povoados espalhados pelas vicinias e ao longo da rodovia Transamazônica, (ver tabela 2), implantadas pelo INCRA nos anos 70;
- Através de sua hidrografia, o município estabelece limites físicos de fronteira pelo rio Jaraçu, a leste, que é alimentado pelo igarapé Penetecaua. O rio Uruará delimita a fronteira oeste, juntamente com o rio Carua do Sul, o rio Magu e o igarapé da Onça. Na fronteira norte, o rio Jurupari;
- Na fronteira sul do município está a terra indígena Arara, que se espalha em terras de Medicilândia e de Altamira;
- Cerca de 2.000 mm de chuva anuais se precipitam na região, especialmente entre dezembro e junho, o que permite observações de excedentes de água entre fevereiro e maio e déficits entre julho e outubro;
- Na estrutura geológica dos solos observam-se rochas do Complexo Xingu ao sul do município e sedimentos da Bacia do Amazonas ao norte. Isso traz terras de diferentes naturezas e possibilidades de uso, com poucas aptidões para culturas anuais, medianamente aptos para culturas perenes e moderadamente aptos a pastagens. Os trechos de Terra Roxa Estruturada, presentes em eventuais manchas esparsas, por sua fertilidade natural e boa drenagem, têm aptidão para culturas tanto anuais quanto perenes, com limitações de relevo ondulado. Nos mapas seguintes, indicações de solos e relevo do município.

**Tabela 2: Localidades do espaço municipal de Medicilândia, segundo categoria e localização em relação à Transamazônica**

<b>Nome</b>	<b>Categoria</b>	<b>Localização</b>
Sede municipal	Área urbana <sup>7</sup>	KM 90
União da Floresta	Agrovia Pólo	KM 120
Miguel Gustavo	Agrovia Pólo	KM 100
Verde Floresta	Agrovia	KM 95S
Vila PACAL	Agrovia	KM 93S

<sup>7</sup>

A área urbana é tratada em detalhe no item 6.1

Aeroporto	Povoado	KM 95N
Nova Esperança	Agrovila	KM 80N
Nova Fronteira	Agrovila Pólo	KM 80
Tiradentes	Agrovila	KM 80S
Monte Castelo	Agrovila	KM 75S
Povoado	Povoado	KM 75N
Belo Horizonte	Agrovila	KM 70S
Jorge Bueno	Agrovila Pólo	KM 70

Fonte: Prefeitura de Medicilândia, Agosto 2005.

Medicilândia, por ser um dos municípios que tem parte de sua base econômica na exploração madeireira da região, tem um perfil já bastante antropizado no que tange ao manejo, nem sempre sustentável, de seus recursos florestais. Na figura 10, uma mostra da espacialização do desmatamento na área municipal. Percebe-se claramente o avanço do desmatamento ao longo dos travessões e com uma concentração maior na fronteira com o município de Brasil Novo.

Um dos fatores dominantes na ocupação e o desenvolvimento socioeconômico do município relacionam-se com os aspectos físico-bióticos existentes. Entre eles destacam-se o clima (previamente descrito), a geologia, o relevo, o tipo de solo e a cobertura vegetal existente.

Geologicamente observam-se rochas do Complexo Xingu ao Sul do município e sedimentos da Bacia do Amazonas ao Norte. Geomorfologicamente são definidas duas unidades. O Planalto Tapajós-Xingu, com extensas superfícies tabulares de aplainamento talhadas em rochas sedimentares assim como pré-cambrianas e paleozóicas, com altitudes em torno 200 metros. Estas superfícies, descontínuas, são elaboradas por processos de pediplanação e remodeladas por morfogênese úmida. A Depressão Periférica do Sul do Pará, formada pela dissecação fluvial em pediplanos, originando vales pouco encaixados em grandes áreas e dando relevos definidos como colinas de topo aplainado e “inselbergs”<sup>8</sup>.

As superfícies tabulares são mais contínuas na região Norte do Município, observando-se muito baixa densidade de drenagem. A densidade de drenagem fluvial aumenta na região central e sul do Município, resultando num relevo mais acidentado e irregular (Figura 8).

<sup>8</sup> Relevos residuais das superfícies pediplanadas em forma de pontões e cristas rebaixadas. Geralmente remodelados por morfogênese úmida.



**Figura 8: Mapa do relevo do município de Medicilândia.** Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto da FVPP, 2005.

Como descrito, as principais formas presentes nestas unidades são do tipo erosivo, reservando-se pequenas áreas de relevo de acumulação, próximas às principais drenagens. Cabe destacar-se que a hidrografia estabelece os limites físicos do Município. O rio Jarauçu, a leste, que é alimentado pelo igarapé Penetecaua, o rio Uruará que delimita a fronteira oeste, juntamente com os rios Carua do Sul e Magu e o igarapé da Onça. Na fronteira Norte, o rio Jurupari.

A rede hidrográfica é do tipo retangular/paralelo, onde a grande maioria dos rios principais tem uma direção Norte-Sul e os secundários se apresentam perpendicularmente. Esta característica da disposição espacial da rede de drenagem faz que os “Travessões”, de direção N-S, tenham que superar numerosos pequenos riachos e igarapés, dificultando ainda mais o acesso.

A área do município de Medicilândia apresenta aproximadamente 80% de seu território composto por solos do tipo Latossolo Amarelo, com exceção da região sul do Município, onde se destacam regiões com solos classificados como Podzólicos Vermelho-Amarelo, Latossolos Vermelho-Amarelo, Terra Roxa Estruturada, Litólicos, Plintossolos e Gleissolos.

Os Latossolos Amarelos são descritos como solos envelhecidos, ácidos, de perfil profundo, com boa drenagem, permeáveis de textura variável (média a muito argilosa) (Figura 9). Ao Sul do Município, destacam-se os solos Podzólicos Vermelho Amarelos - ácidos e de textura argilosa e os Latossolos Vermelho-Amarelos - profundos, de boa drenagem interna e com textura variável desde argila arenosa a argila. Todos estes solos são caracterizados como de baixa fertilidade natural<sup>9</sup> e pouca aptidão para culturas anuais, sendo medianamente recomendados para culturas perenes e pastagens.

Ao longo da Rodovia Transamazônica e nas proximidades da sede do Município de Medicilândia são descritos solos classificados como Terra Roxa Estruturada. Estes são profundos, bem drenados e de textura argilosa. Pela sua boa fertilidade natural e de elevada produtividade, têm aptidão para culturas tanto anuais quanto perenes, com limitações de relevo ondulado.

Considerando o anteriormente exposto, destaca-se que o planejamento original do traçado da rodovia Transamazônica, eixo principal do desenvolvimento regional, e dos primeiros quilômetros das estradas secundárias foi realizado considerando a presença de zonas com solos do tipo Terra Roxa Estruturada, de boa fertilidade e aptidão agrícola. Desafortunadamente, a falta de planejamento ou de uma visão regional das características físico-bióticas estão permitindo a expansão da ocupação e das fronteiras agrícolas, para o Norte, em áreas com baixa fertilidade e aptidão para as atividades agrícolas.

---

<sup>9</sup> Sem presença de fertilizantes artificiais



**Figura 9: Mapa dos Solos no Município de Medicilândia.** Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto da FVPP, 2005.

A vegetação da área de estudo é caracterizada pela Floresta Densa, com pequenos núcleos de Floresta Aberta e Formações Pioneiras que ocupam, distintamente, diferentes formas de relevo e tipos de solos. A vegetação de Floresta Densa (Maçaranduba, Acapu, Anani, etc) encontra-se nos altos platôs. A Floresta Aberta, cobre áreas menores de relevo ondulado e acidentado, com vegetação mista de palmeiras e latifoliada dominando sobre floresta densa. As Formações Pioneiras relacionam-se com as primeiras fases dos estágios sucessórios nas regiões ecológicas. De origem aluvial, foram observadas ocupando áreas deprimidas e dos terraços, ambas inundadas periodicamente.

Segundo os dados de desmatamentos até o ano 2004, aproximadamente um 30% desta vegetação tinha desaparecido no município, principalmente resultado da ação antrópica (figura 10). Este desmatamento concentra-se principalmente na região sul do município, perto da sede e das áreas marginais à rodovia Transamazônica e os travessões perpendiculares a esta. Dois fatos podem ser destacados. Por um lado, a ação da Terra Indígena Arara como elemento de obstáculo para o avanço do desmatamento na região Sul do Município. Por outro lado, o avanço da perda da cobertura vegetal no sentido Norte do

Município, apresentando uma extensão ainda não consolidada dos travessões e em muitos casos, a utilização dos rios como via de expansão deste processo.



**Figura 10 - Mapa do desmatamento no município de Medicilândia.** Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto da FVPP, 2005.

Para compreender melhor como está distribuído no espaço geográfico o município de Medicilândia, é preciso lembrar que o Governo Federal, no processo de implantação da rodovia Transamazônica e ocupação dessa fronteira, pretendiam desenvolver um grande programa de colonização e decidiu pela abertura de estradas cortando a rodovia a cada cinco quilômetros, onde deveriam ser espalhados projetos destinados a essa colonização; os chamados “travessões”. No trecho entre Altamira e Itaituba, no oeste do estado, foram planejadas agrovilas a serem ocupadas por colonos assentados em lotes urbanos providos de casas e infra-estrutura. No projeto também estavam previstos lotes rurais a serem destinados aos colonos para o cultivo da terra.

As idéias oriundas dos gabinetes do poder, muitas vezes com total desconhecimento dos rigores da região e, ignorando os relatos daqueles que aqui vieram para o início dessa empreitada, indicando que seria melhor buscar o aproveitamento hídrico dos rios e o conhecimento e sabedoria dos povos tradicionais para a exploração do território, deixa hoje como legado dentro de um município do porte de Medicilândia, cerca

de 1.400 km de estradas vicinais distribuídas pelos “travessões”, (170 Km nos travessões ao Sul e 1.230 Km nos travessões ao Norte da Transamazônica), sem pavimentação, sem energia elétrica firme, sem infra-estrutura que permita o apoio aos que lá se dedicam a materializar a sobrevivência, com dificuldades de acesso à escola, com uma precariedade singular no acesso à assistência médica, enfim, realizando o exatamente muito contrário ao planejado nos escritórios das capitais.

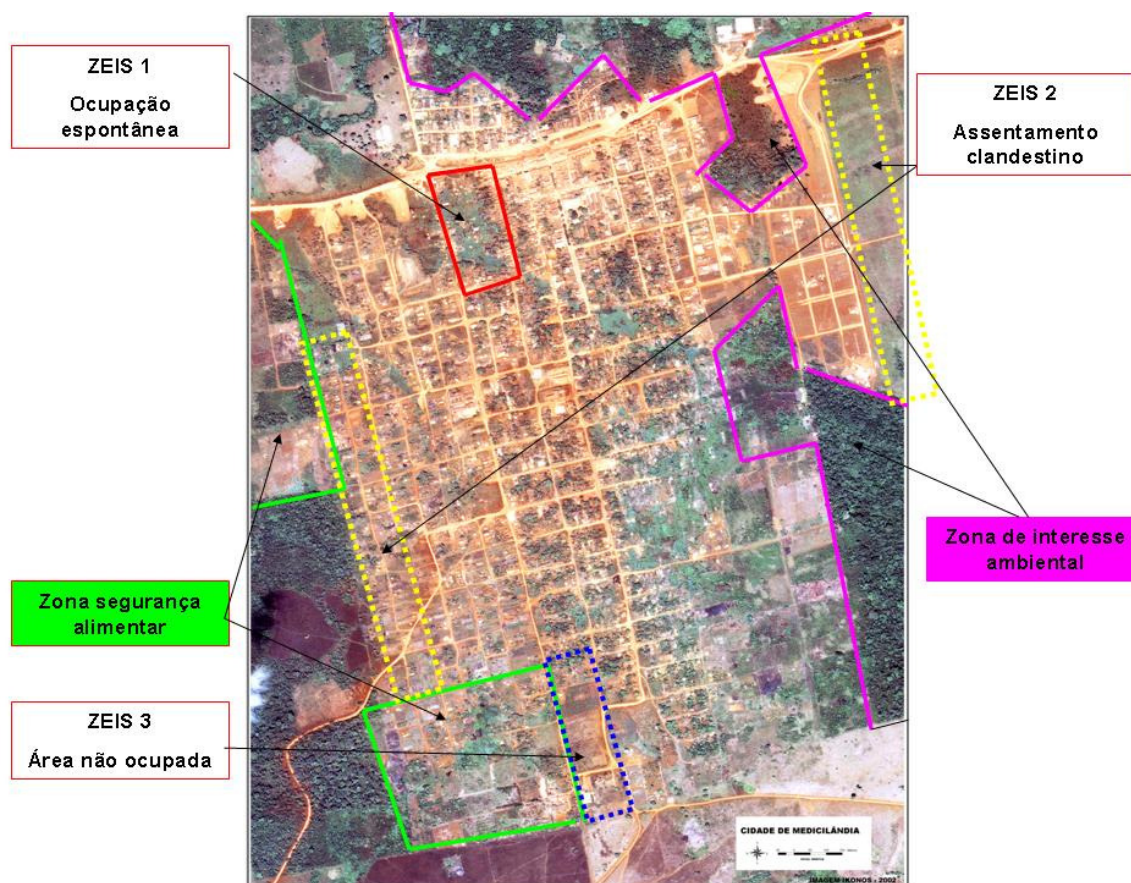
Na figura 11 pode-se observar toda a espacialização do município, incluindo os travessões, as agrovilas e povoados, bem como as escolas distribuídas ao longo desses espaços. Conforme apontado anteriormente no mapa dos dados censitários de população, ocorre uma concentração de vilas e povoados nos travessões até pontos onde existem condições de acesso a serviços públicos. Em outros termos, o mapa apresenta o limite de alcance da gestão municipal em termos de atendimento por políticas públicas, principalmente educação e tratamento para o sistema viário através da abertura e manutenção de vicinais.

**Figura 11: Medicilândia: os travessões, vilas, povoados e escolas.** Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto da FVPP, 2005. Informações: Prefeitura Municipal de Medicilândia, 2005

## 6.1 A SEDE DO MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA

A Lei Municipal nº 136/95 define a espacialização urbana da sede do município entre os lotes 09, 10 e 11 da gleba 27, lote 01 da gleba 29 e lotes 09 e 10 da gleba 28 .

A figura 12 demonstra a Imagem do Satélite Ikonos da área urbana do Município de Medicilândia tomada em 2002.



**Figura 12 - Imagem do Satélite Ikonos da área urbana de Medicilândia.** Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto da FVPP

Podemos identificar através da foto, três Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), são áreas que sofrem com constantes alagamentos e de difícil urbanização, a ZEIS 1 é uma área de várzea inundável; a ZEIS 2 é constituída de encostas de morro onde é preocupante os assentamento clandestino; a ZEIS 3 é encosta de morro e ainda não sofre o processo de ocupação. É comum a ocupação dessas áreas nos centros urbanos das diversas cidades brasileiras pelas camadas mais pobres, embora estas áreas sejam “protegidas” por legislação de preservação ambiental a urbanização muitas vezes é mais densa e devastadora justamente pela falta de regulamentação.

Temos na zona de interesse ambiental as minas d'água, que atendem parte da população do centro e de alguns bairros. A Zona de Interesse Ambiental situada no loteamento Hélio Carvalho, que aparece em maior extensão na figura 12, está destinada a ser Área de Proteção Permanente, com trilhas identificando as espécies nativas. Na zona segurança alimentar encontra-se cultivo de: cacau, banana, macaxeira, hortaliças e pequenas criações.

Estas características mostram que a cidade está localizada sobre um relevo bastante acentuado, mas conta com uma malha de ruas reticulada, o que gera inconvenientes no que se refere à implantação de infra-estrutura urbana (provisão de água, drenagem, saneamento, pavimentação).

Existem algumas ruas que se encontram obstruídas pelo mato, principalmente onde as terras ainda não foram regularizadas, e que por isso não podem ser objeto de financiamento para fins habitacionais. A falta de manutenção e a invasão das faixas de domínio dessas ruas geram um problema de orientação, porque a rua desaparece e reaparece depois de duas outras travessas. Por outro lado a ocupação de áreas mais inclinadas aumenta o risco de deslizamento, principalmente quando associadas ao desmatamento e processos de lixiviação, e o desconforto do pedestre, que precisa fazer mais esforço físico quando o enfrentamento do calor já é bastante incômodo.

Existe também a ocupação em fundo de vale, sobre as regiões alagadas formadas por córregos que atravessam a cidade; tais ocupações são objeto de divergências entre aqueles que defendem a preservação da margens dos cursos d'água que atravessam a cidade e aqueles que reivindicam sua ocupação pelo uso habitacional de interesse social.

O núcleo inicial da cidade localizou-se em área de vale, destacando-se que ao sul e a oeste o relevo possui cotas mais elevadas. A ocupação ao longo da estrada para o cemitério originou o bairro de Vila Nova, transpondo o curso do Igarapé Esperança, que limitou a ocupação na direção leste. Após a consolidação deste eixo a cidade expandiu-se lateralmente, a princípio no sentido oeste (do loteamento Carvalho), adjacente ao Centro e limitado pelo rio, e no sentido oposto, com a criação dos bairros Alto da Boa Vista, Vale das Minas e Cacoal, até a década de 1990.

## 6.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA

A tabela 3 apresenta os instrumentos de gestão com destaque para os instrumentos implementados no município de Medicilândia antes da aprovação do Plano Diretor Participativo.

**Tabela 3 – Instrumentos de Gestão Municipal de Medicilândia**

<b>Instrumentos de Gestão</b>	<b>Implementados</b>
Lei Orgânica	✓
Plano de Governo	✓
Plano Plurianual	✓
Lei de Diretrizes Orçamentárias	✓
Lei de Perímetro Urbano	✓
Lei de parcelamento do solo	
Lei de zoneamento	
Lei sobre áreas de interesse especiais	
Lei sobre áreas de interesse social	
Código de edificações	✓
Código de posturas	✓

Fonte: Prefeitura Municipal de Medicilândia

### 6.2.1 Lei Orgânica Municipal

A Lei Orgânica Municipal no Capítulo IV<sup>10</sup> – Do Meio Ambiente, determina o papel do município na gestão do meio ambiente. O Artigo 184 dessa lei diz que:

“É dever do poder público municipal elaborar e implantar, através de lei, plano municipal de meio-ambiente e recursos naturais, que contemplará a necessidade de conhecimento das características e recursos dos meios físicos e biológicos, de diagnóstico de sua utilização, definição de diretrizes para um melhor aproveitamento no processo de desenvolvimento econômico/social”.

Infelizmente garantir um direito em lei, não significa para a população de Medicilândia que terão acesso a estes direitos, principalmente no que se refere a Lei Orgânica que foi construída sem a participação popular, e apesar dos anos de sua implementação a comunidade medicilandense ainda não tem o plano municipal de meio-ambiente e recursos naturais.

Logo o artigo 187 diz que “é obrigatória a recuperação da vegetação nativa nas áreas protegidas por lei e todo proprietário que não respeitar ao desmatamento, deverá recuperá-lo.” Podemos dizer que as ações desenvolvidas no projeto Recuperação das Nascentes estão em total acordo com o proposto na Lei Orgânica.

<sup>10</sup>

Veja o Capítulo IV – Do Meio Ambiente, na íntegra no Anexo A.

Aqui observamos que mesmo antes da construção do Plano Diretor Participativo, a Lei Orgânica no Artigo 195 já atribuía ao poder público municipal a responsabilidade de dar adequado tratamento e destino final aos resíduos sólidos e as fluentes de esgoto de origem doméstica, exigindo o mesmo procedimento aos responsáveis pela produção de resíduos sólidos e fluentes industriais.

### **6.2.2 Código de Posturas – Lei Nº 017/89, de 23 de junho de 1989**

Outra jurisdição municipal, peculiar a questão ambiental é o Código de Postura (Lei Nº 017/89, de 23 de junho de 1989) contemplando artigos no Título II, que legislam sobre a poluição do meio ambiente, ar, sonora e das águas. Veja Legislação Ambiental contemplada no Código de Postura do município no Anexo B.

A Constituição Federal de 1988 diz no Artigo 23, parágrafos VI e VII respectivamente, que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora;” e no Artigo 30, quando se refere a competência dos municípios nos parágrafos I e II, ressalta o poder e as competências: “compete legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação estadual e federal no que couber”.

No Capítulo I - da poluição do meio ambiente o artigo 47 diz que “Para impedir ou reduzir a poluição do meio ambiente, o Município promoverá medidas para preservar o estado de salubridade do ar, evitar os resíduos e sons excessivos, e a contaminação das águas”. Farias (2005) já dizia em seu livro: *Água bem jurídico econômico ou ecológico?* que:

com o advento da nova constituição (Constituição Federal Brasileira de 1988), os Municípios passam a ter autonomia e competência legislativa mínima, rigidamente estabelecida, entretanto, parte desta competência não está explicitada, estando implícita na necessária identificação do conceito de interesse local (p.448)

O exame individual dos instrumentos de gestão municipal revelam a generalização com que os mesmos foram elaborados, contribuindo assim para a insuficiência na aplicabilidade dos instrumentos pelo poder público e o total desconhecimento dos mesmos pela população. O código de posturas e a lei orgânica municipal, por exemplo, não contemplam as peculiaridades locais do município.

### **6.2.3 Plano Plurianual - PPA 2006/2009**

Para construção do PPA 2006/2009 de Medicilândia, foram aproveitadas as discussões realizadas e informações obtidas no processo de construção do Plano Diretor Participativo, haja vista que ambos foram elaborados no decorrer do ano de 2006.

Veja no tabela 4 as ações contempladas no Plano Plurianual relativo à gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

**Tabela 4: Ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente contempladas no PPA.**

Nº	Ações do PPA	Andamento
1	Funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.	A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente se encontra em funcionamento, sendo incorporado o departamento de meio ambiente através da Lei nº 288/2006 de 30 de junho de 2006, e estruturado com recursos do Projeto Medicilândia Sustentável.
2	Arborização da cidade e vilas do município	Disponibilização de 20 mil mudas de árvores nativas e plantas ornamentais para arborização da cidade.
3	Criação de Reserva Ambiental no Município	A área já foi disponibilizada, para criação de uma Reserva Ambiental na cidade.
4	Drenagem e Reflorestamento do Igarapé Pacal	Em andamento
5	Implementar Programa de Conservação das Fontes de Água	Se encontra em andamento através do Projeto Recuperação de Nascentes
6	Promover Cursos e Seminários de Conscientização Ambiental	Realização de Cursos e Palestras pelo Departamento de Meio Ambiente.
7	Mecanização de Áreas para pequenos agricultores no município	A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, busca alternativas para o controle do uso do fogo na agricultura através da mecanização de áreas agricultáveis.
8	Criar Viveiros de Mudas de plantas ornamentais, essências florestais e medicinais	O Projeto Recuperação de Nascentes está disponibilizando cerca de 80 mil mudas.
9	Fomentar a Agroindústria	A Usina Pacal se encontra em júdice com o gov. federal – Criação do Funcacau (Fundo de Apoio a Cultura do Cacau) - Está em tramite a elaboração de um projeto com a ADA para a implantação de uma Fábrica Escola de Chocolate.
10	Incentivar a Produção AgroFlorestal	Moção da Câmara de Vereadores, pedindo que seja considerado a lavoura de cacau como área de reflorestamento.
11	Produção de sementes selecionadas, lavoura branca	Distribuição de sementes para os agricultores.
12	Desenvolver a piscicultura	Campanha para a criação de peixes pelos agricultores – com distribuição de alevinos e acompanhamento técnico.
13	Promover cursos de capacitação para o Pequeno Agricultor	Cursos de Enxertia de Frutas; defensores agrícolas naturais (calda verde); produção de cacau orgânico (FVPP/CEPLAC).

#### **6.2.4 Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias - Plano de Metas e Prioridades para o Exercício de 2007 é enfatizado as mesmas ações descritas no PPA, acrescido os valores destinados a cada ação.

Observamos que há uma complementaridade na programação de ambos, sendo observado as mesmas ações entre as atividades projetadas e executadas, evidenciando que estão de acordo com o Art. 40, parágrafo 1º do Estatuto das Cidades que ressalta a importância do Plano Diretor na gestão Municipal quando afirma que: “O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas”.

#### **6.2.5 Plano Diretor Participativo de Medicilândia – Lei nº 306/2006 de 29 de dezembro de 2006**

A cidade de Medicilândia demonstra uma evolução com eficiência de infraestrutura e atendimento dos serviços públicos, melhorando a qualidade de vida da população local.

Em Medicilândia, a maioria da população reside na zona rural. Entretanto, existe um crescente processo de urbanização, com crescimento acelerado, surgindo novas vilas e agrovilas rurais, proporcionado não só pelo crescimento “vertiginoso” da população, pela migração interna do município, no sentido rural-urbano, mas principalmente pela chegada de um contingente populacional de outras cidades e regiões do país, tendo em vista a dinâmica socioeconômica regional em curso, promovida pela expectativa das grandes obras de infra-estrutura (Asfaltamento das BR-163 Cuiabá/Santarém e BR-230 Transamazônica, ampliação de áreas de exploração agropecuária, e a expectativa da implantação da Hidrelétrica de Belo Monte).

A metodologia adotada na construção do Plano Diretor de Medicilândia foi participativa estando em conformidade com o segundo parágrafo do Artigo 2 do Estatuto da Cidade<sup>11</sup> (Lei Federal 10.257/2001), ao artigo 40 dessa mesma Lei Federal<sup>12</sup> e à

---

<sup>11</sup> “(...) II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (...)” (Artigo 2º - Lei Federal 10.257/2001).

Resolução 25 de 2005 do Conselho Nacional das Cidades. Esta Resolução recomenda, entre outras medidas, constituir uma coordenação compartilhada entre governo e sociedade civil para a elaboração do Plano Diretor, organizar e realizar discussões com segmentos sociais específicos e em diferentes territórios locais.

O desafio da construção participativa em Medicilândia foi abraçado por uma parcela significativa da população local, o que foi muito importante para a construção de cenários diante do conjunto de dados discutidos em assembléias, permitindo, uma boa fusão entre as leituras técnicas de dados e as demandas sociais presentes nesses debates.

Os insumos utilizados na elaboração do Plano Diretor do município foram produzidos inicialmente através da coleta, análise e espacialização de dados secundários e primários. Os dados coletados em instituições e na literatura referem-se a informações secundárias sobre o processo de ocupação do espaço municipal na região e no interior dos municípios, segundo áreas específicas de atuação de órgãos federais, estaduais e mesmo municipais. A tabela 5 a seguir identifica as fontes de informações e os dados obtidos.

**Tabela 5: Fontes de informação por instituição.**

<b>Instituição</b>	<b>Natureza do dado</b>	<b>Utilidade</b>
Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Localização de Projetos de Assentamento, polígonos de propriedade	Espacialização da ocupação do solo municipal e regional
Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)	Mapas com informações retiradas de imagens de satélite sobre aspectos naturais	Confecção de mapas básicos e mapas temáticos
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Dados demográficos na escala municipal e urbana	Confecção de mapas temáticos referentes às informações censitárias
Governo do Estado do Pará	Informações de economia, divisão de limites, infra-estrutura e recursos naturais	Confecção de mapas temáticos e zoneamentos.
Projeto RADAM	Informações em imagens de satélite sobre aspectos naturais na escala municipal	Zoneamentos
Secretarias Municipais	Implementação de políticas públicas por setor governamental	Diagnosticar cada um dos setores governamentais.

<sup>12</sup> “(...) Parágrafo 4º - No processo de elaboração do Plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (...)” (Artigo 40 – Lei Federal 10.257/2001)

Os dados primários foram coletados a partir da aplicação de questionários na sede do município visando complementar as informações censitárias disponíveis em setores, considerados recortes espaciais inapropriados para a análise intra-urbana.

Na Elaboração do Plano Diretor Participativo de Medicilândia foram priorizados os seguintes grupos de insumos:

- a) Informações na escala municipal acerca de aspectos naturais e ambientais capazes de fornecer um entendimento de limites e potencialidades da paisagem natural em absorver a ocupação rural e urbana de forma sustentável com o desenvolvimento econômico local.
- b) Informações referentes à implementação de políticas públicas, dada a natureza do plano diretor de instrumento de gestão municipal, uma revisão dos setores públicos de atuação serve como elemento balizador da ação pública frente ao setor privado.
- c) Exame das condições de ocupação e uso do solo urbano na sede municipal. Dada a fragilidade das interfaces urbano-rurais na dinâmica territorial, o ordenamento urbanístico prescinde de elementos capazes de orientar tanto a função do plano diretor como ordenador da ocupação como apresenta a cidade como componente fundamental da ação da gestão local.
- d) Uma primeira sistematização e registro de demandas encaminhadas pelos gestores municipais e outros atores sociais envolvidos nas sessões de discussão dos resultados aqui apresentados.

A coleta de dados em campo no município visou obter informações primárias e observações in loco, foram promovidas sessões de participação popular na forma de oficinas, capacitação para os agentes sociais do município buscando informar sobre o conteúdo do Estatuto da Cidade, buscando relacionar os instrumentos previstos com a capacidade de gestão instalada no município. Foi realizado uma série de oficinas que tiveram como preocupação principal mostrar os limites e as potencialidades do Plano Diretor diante das questões regionais e urbanas.

É possível verificar aqui a participação política popular prevista na Constituição Federal que propõe diretrizes para uma política de desenvolvimento urbano cujo objetivo deve ser o pleno desenvolvimento das funções sociais. Cardoso e Carvalho em seu livro Plano Diretor Participativo: experiências amazônicas relatam que

Infelizmente, nem todos os planos diretores aprovados se tornarão política pública. A maior parte deles ficará guardado na gaveta das prefeituras à espera de quem ouse, ao pensar a cidade e/ou município do futuro, assumi-lo como estratégia para o planejamento e gestão municipal. (CARDOSO e CARVALHO, 2007, p. 81)

Dentre todos os instrumentos analisados se destaca o Plano Diretor por ser o principal instrumento de gestão municipal. Apesar de sua importância, seu processo de elaboração só foi iniciado no ano de 2005, a partir de uma leitura técnica do Município.

Em 2006 deu-se continuidade a partir de uma leitura comunitária proporcionando a efetiva participação da sociedade através das oficinas comunitárias e audiências públicas, envolvendo todos os setores da sociedade, com reuniões em cada vila e agrovila, garantindo a participação de todos os seguimentos sociais, governo, comerciantes, empresários, agricultores, estudantes, etc. veja figuras 13 e 14



**Figura 13 - Audiência pública de Pactuação das propostas e ações do projeto de lei.** Fonte: Departamento de Meio Ambiente de Medicilândia



**Figura 14 – Leitura Comunitária – Plano Diretor Participativo.** Fonte: Departamento de Meio Ambiente de Medicilândia

#### 6.2.5.1 - A Política Ambiental do Plano Diretor de Medicilândia

**Art. 43** – São diretrizes da política de meio ambiente:

- I – desenvolvimento e democratização do meio ambiente urbano saudável;
- II – redução dos riscos sócio-ambientais;
- III – ampliação da educação ambiental;
- IV – preservação da paisagem e visuais notáveis do município;
- V – preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas e recursos naturais;
- VI – ampliação, conservação e gestão democrática das áreas verdes;
- VII – redução nos níveis de poluição visual, sonora, do ar, das águas e dos solos;
- VIII – estímulo ao uso de fontes de energia com menor potencial poluidor;
- IX – respeito às normas e legislação de proteção dos Direitos Humanos.

### **SEÇÃO I** **DA UTILIZAÇÃO RACIONAL DAS ÁGUAS E SANEAMENTO AMBIENTAL** **INTEGRADO.**

**Art. 44** São ações estratégicas da política de utilização Racional das Águas e Saneamento Ambiental Integrado.

I – universalização dos serviços de saneamento básico e de abastecimento de água potável em quantidade suficiente para atender as necessidades básicas de consumo, de coleta e tratamento de esgotos.

II – reflorestamento e drenagem do igarapé que atravessa a cidade.

III – promover campanha de esclarecimento junto a população e combate à utilização indevida de venenos e produtos agrotóxicos próximos às nascentes, cursos d'água e mananciais, a fim de evitar a contaminação do meio ambiente e da população em geral.

IV – ampliar o sistema de captação, tratamento e distribuição de água para toda a cidade de Medicilândia e agrovilas, promovendo atendimento ininterrupto para a população.

V – promover ampliação do serviço de recepção e canalização das águas superficiais da cidade.

VI – investir na captação e distribuição pública de água de tal forma, viabilizando a perfuração de poços artesianos.

VI – promover processo de recuperação do Igarapé PACAL, com reflorestamento das matas ciliares e retiradas de resíduos sólidos.

VII – instalação de aparelhos para medição do consumo de água em todas as residências abastecidas, na sede e agrovilas.

VIII – investir na estruturação e proteção de poços e nascentes e outras fontes de água que abasteçam a sede e as agrovilas.

IX – realizar campanha de esclarecimento e conscientização quanto a importância de manter limpo e protegida as fontes de água do Município.

## **SEÇÃO II**

### **DO DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.**

**Art. 45** São ações estratégicas da política de Destino dos Resíduos Sólidos.

I – estruturação adequada do aterro sanitário.

II – implantação da coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos.

III – promover a regularização e a ampliação da coleta de lixo de forma a atender sede do Município e as agrovilas.

IV – promover campanhas educativas sobre a destinação dos resíduos sólidos, a fim de evitar a contaminação do solo e das fontes de água.

## **7 AÇÕES DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA CONTEMPLADA NAS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR.**

As principais ações relevantes de caráter ambiental desenvolvidas no município de Medicilândia tiveram início a partir da aprovação do Projeto Medicilândia Sustentável, convênio 078/2006 – PMM/FNMA/MMA.

Em 2006, com o apoio desse projeto, o governo municipal teve condições de implementar o departamento de meio ambiente constituído legalmente através da Lei nº 288/2006 de 30 de junho de 2006, estabelecendo uma equipe técnica, equipamentos e infra-estrutura, viabilizando o funcionamento do departamento em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

As metas a serem executadas pelo projeto são as seguintes:

Criação do Fórum da Agenda 21, criação de um sistema de informações territoriais, elaboração do plano local de desenvolvimento sustentável e elaboração do plano diretor participativo de Medicilândia.

O Projeto Medicilândia Sustentável teve um papel importantíssimo em relação a elaboração do Plano Diretor Participativo, sendo esse o principal instrumento de gestão do município de Medicilândia, oferecendo as condições adequadas de infra-estrutura e recursos, humanos e financeiro.

Existem outras ações importantes de caráter ambiental desenvolvidas ou apoiadas pelo governo municipal e pela sociedade no Município de Medicilândia como: Projetos, Conferências e Programas de Sensibilização Ambiental.

### **7.1 PROJETO MEDICILÂNDIA SUSTENTÁVEL**

O projeto tem como objetivos o fortalecimento do sistema de planejamento, ordenamento e gestão ambiental e territorial, promovendo o desenvolvimento local sustentável na área urbana e rural do município de Medicilândia, a partir do desenvolvimento de ações que integram esferas do poder público e sociedade civil organizada, estruturando um sistema de informações territoriais do município, que dará suporte à elaboração do Plano Diretor Participativo e do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável. Suas metas são:

### **7.1.1 Criação do Fórum da Agenda 21**

Encontra-se constituído o Fórum da Agenda 21 Local e elaborado o seu Regimento Interno.

O Fórum é composto por uma equipe técnica, pelo poder público e diversos setores da sociedade civil organizada, sendo o espaço legítimo para o acompanhamento e execução das atividades do projeto Medicilândia Sustentável e consiste em um instrumento de planejamento e proposição de ações para consolidar todo um processo de gestão ambiental e territorial.

A equipe técnica foi responsável pela realização de diversas atividades como as leituras técnicas da realidade municipal, leitura comunitária, além de cursos de capacitação em Instrumentos de Gestão Territorial.

### **7.1.2 Criação de um Sistema de Informações Territoriais**

O Projeto Medicilândia Sustentável, implantou um Sistema de Informações Territoriais com apoio do Laboratório de Geoprocessamento da Fundação Viver, Produzir e Preservar. A partir da aquisição de equipamentos, capacitação da equipe técnica e estruturação de um banco de dados georeferenciados.

O sistema de informações territoriais conta com dados georeferenciados do meio biofísico e socioeconômico do município, como também de todo o contexto regional no qual está inserido o município de Medicilândia.

### **7.1.3 Elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável**

Foi construído o Diagnóstico Sócio-econômico e Ambiental do Município que oferece suporte a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável com o trabalho dos GT's (Grupos de Trabalho) e equipe técnica do Projeto Medicilândia Sustentável.

O Plano está sendo discutido no âmbito do Fórum da Agenda 21 Local, e elaborado com base em informações técnicas e consultas públicas durante a execução do projeto. Veja as atividades descritas no tabela 6.

**Tabela 6 – Atividades do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável**

<b>Atividades realizadas</b>	<b>Atividades em andamento</b>
Constituir Equipe Técnica para Execução do Projeto	Reunião para legitimação do PLDS – Plano Local de Desenvolvimento Sustentável no Fórum da Agenda 21
Oficina de elaboração do diagnóstico participativo	
Levantamento de informação para o Diagnóstico	
Oficina de construção do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável	

#### **7.1.4 Elaboração do Plano Diretor Participativo**

A Lei do Plano Diretor Urbano foi apresentado e aprovado por unanimidade pelo poder legislativo, câmara de vereadores no dia 29 de dezembro de 2006, transformando-se na Lei 306/2006.

O Plano está estruturado de forma clara e objetiva, com o objetivo de ser um instrumento de fácil operação para os munícipes e técnicos da prefeitura.

#### **7.2 RECUPERAÇÃO DE NASCENTES**

Neste projeto a Prefeitura Municipal de Medicilândia busca cumprir com suas prerrogativas legais de proteger o meio ambiente, através de parceria com o FNMA/MMA e setores organizados da sociedade, com a participação de produtores familiares rurais.

O Projeto objetiva a recuperação das áreas de preservação permanente, a proteção de nascentes, incentivando a parceria e a gestão social. Veja o tabela 7 de metas e atividades.

- Promover a recuperação das matas que margeiam o igarapé Pacal e seus córregos;
- Proteger as nascentes do igarapé Pacal;

- Mobilizar, selecionar e organizar produtores beneficiários na área do projeto em ações de recuperação e proteção dos corpos hídricos da micro bacia do Pacal;
- Mobilizar e organizar os atores e setores relevantes na defesa dos recursos hídricos no território do município.

**Tabela 7: Metas e atividades**

<b>Metas</b>	<b>Atividades</b>
Articular Autoridades e Entidades Locais e Regionais	Foi feito a divulgação do projeto através de cartazes e vinhetas na rádio comunitária.
Mobilizar e Selecionar Produtores Beneficiários	Foi realizado uma oficina visando a seleção dos beneficiários e assinatura do plano de compromisso, visando o reflorestamento e conservação de nascentes e cursos d'água.
Recuperar Área de Proteção Permanente	Foi implementado o viveiro de produção de mudas com capacidade para 80 mil mudas. Além de materiais, insumos, ferramentas e mão-de-obra e veículo.
Proteger Nascentes	Implementar sistema de proteção de 8 nascentes com cercamento e colocação de placas.
Elaborar Planos de Ação (Plano de Comunicação)	Divulgar os resultados em termos da implementação do viveiro, plantio de mudas e o processo de gestão social no conselho.
Participar de Encontros do FNMA	Apresentação do andamento do projeto e das experiências vividas na execução.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Projeto Proteção de Nascentes, está sendo executado a drenagem do igarapé Pacal, previsto nos parágrafos II e IV do artigo 44 do PDP, esta atividade está sendo desenvolvida junto aos moradores da área do igarapé, veja fotos 15 e 16 promovendo assim a sensibilização das famílias em melhorar seu próprio ambiente de moradia, contribuindo para evitar o depósito de lixo no percurso do igarapé e conseqüentemente seu transbordamento. Atendendo mais duas proposta contemplada respectivamente nos parágrafos III do artigo 43 e IV do artigo 45 do PDP.

Para a recuperação da área de preservação permanente do igarapé, está sendo disponibilizado mudas de espécies nativas para ser efetuado o plantio em suas margens. Contemplando os parágrafos IV, V e VI do artigo 43 e parágrafo II do artigo 44 do PDP. Essas mudas estão sendo produzidas no viveiro municipal financiado pelo projeto Proteção de Nascentes. Veja fotos 17.

Ampliando a educação ambiental prevista no parágrafo II do artigo 43 do PDP, está sendo realizado um programa na rádio comunitária da cidade, nas terças e quintas abordando temas ambientais como: água, desmatamento, agrotóxicos, etc., também é


repassado a população as atividades do projeto. É feito o resgate da cultura popular, com músicas paraenses e receitas de culinária típicas da região.



**Figura 15 – Drenagem do Igarapé Pacal**



**Figura 16 – Participação dos Moradores na Drenagem do Igarapé Pacal**

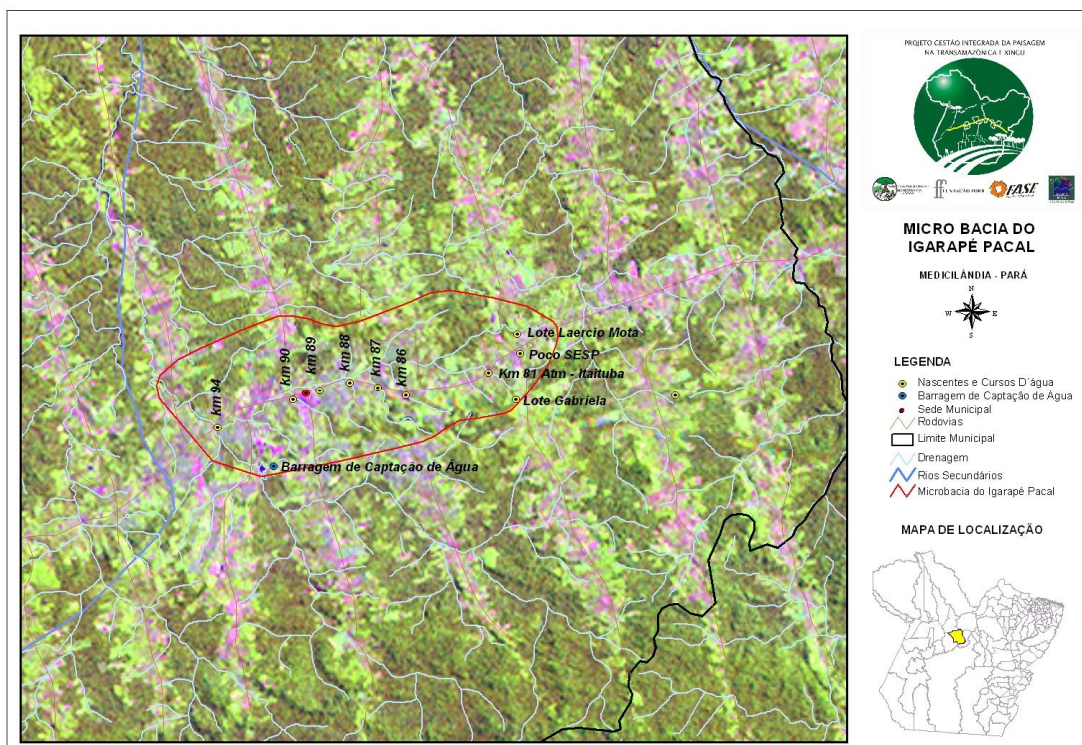


**Figura 17 – Viveiro de Mudas Municipal**

Com o desenvolver das atividades neste projeto espera-se conseguir:

1. Recuperação e proteção das APP's para que facilitem o processo de regularização fundiária e ambiental das ocupações em terras públicas;
2. A recuperação e proteção das áreas de preservação permanente, que margeiam o igarapé Pacal e seus córregos;
3. Efetivar melhoria na cobertura vegetal e nos ecossistemas de um modo geral;
4. Haja um fortalecimento dos órgãos envolvidos na gestão dos recursos hídricos nas atividades previstas neste projeto, inclusive na continuidade das atividades após o encerramento do projeto;
5. Os beneficiários assinem os termos de compromisso com a proponente na preservação dos recursos naturais da micro bacia Pacal;
6. Fortalecimento das estruturas organizativas de caráter socioambiental nas localidades e na sede do município.

Observe na figura 18 as áreas de atuação do projeto.



**Figura 18 Mapa da Micro Bacia do Igarapé Pacal.** Fonte: Laboratório de Geoprocessamento FVPP

### 7.3 - Iª CONFERENCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MEDICILÂNDIA

Uma das principais conclusões e proposições assumidas internacionalmente é a recomendação de se investir numa mudança de mentalidade, conscientizando os grupos humanos para a necessidade de se adotarem novos pontos de vista e novas posturas diante dos dilemas e das constatações feitas nessas reuniões (PCN, p.24)

Em junho de 2007, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente juntamente com a Secretaria Municipal de Educação realizaram a Iª Conferência de Meio Ambiente de Medicilândia, sobre o tema “Cuidar da Água é Proteger a Vida”.

Com o objetivo de promover com a comunidade debates a cerca de problemas ambientais, enfatizando a água como recurso natural e bem maior da humanidade no intuito de sensibilizá-los para uma tomada de postura crítica e concreta frente as questões ambientais

Foram desenvolvidas diversas atividades que promoveram a participação da sociedade, mobilizando principalmente as escolas da zona urbana e rural, além da sociedade civil organizada. As atividades foram desenvolvidas através de eixos temáticos,

trabalhados em mini-conferências nas escolas pólos, sendo que cada escola desenvolveu trabalhos de acordo com suas peculiaridades locais<sup>13</sup>, e a partir daí, foram escolhidos os melhores trabalhos para serem apresentados na grande conferência.

Na Conferência, foram encaminhadas diversas propostas de acordo com sua temática, as temáticas trabalhadas foram: Agrotóxicos, Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável, Desmatamento, Lixo e Reciclagem, Água - Recuperação e Valorização do Igarapé Medicilândia e Matas Ciliares.

### **7.3.1 Agrotóxicos.**

- a) que o poder público invista na formação e remuneração de pessoas que fabricam a calda(biológica), fertilizantes e insumos orgânicos para que essa pessoa possa ser um multiplicador realizando treinamentos para os agricultores;
- b) Incentivar a criação de horta nas escolas para contribuir na alimentação dos alunos;
- c) que haja fóruns de debates nas escolas pelo menos duas vezes durante o ano letivo fazendo com que as propostas retiradas nos fóruns sejam socializadas em fórum municipal;
- d) que o poder público invista em pesquisa, a cerca do uso do agrotóxico e sua correlação com o alto índice de casos de câncer existentes em Nova Fronteira (km 80);
- e) que a SEMEC forneça o material necessário para realizar os eventos nas escolas, desde que essas assumam o compromisso de entregarem o projeto e a lista do material necessário para a realização do mesmo com antecedência;
- f) Aprovação do projeto de lei ambiental municipal, para que haja como coibir ações criminosas contra o meio ambiente.

---

<sup>13</sup> Em entrevista realizada com a Coordenadora Pedagógica Municipal – Daise de Oliveira , fomos informados que os temas das mini conferências foram selecionados pelas escolas pólos acolhendo seus maiores conflitos ambientais.

### **7.3.2 Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável.**

- a) que a secretaria de meio ambiente, juntamente com os técnicos de nossa região, levem mais informações a população rural, a respeito da importância de não desmatar toda a propriedade, evitando que no futuro ela venha comprometer a sobrevivência de sua geração e também a consequência dos agrotóxicos ao meio ambiente e humanidade;
- b) que os debates sobre o meio ambiente sejam mais frequentes de forma que envolva toda a população;
- c) que haja políticas voltadas para o melhor aproveitamento dos recursos naturais da nossa região, de forma que gere crescimento econômico para o município;
- d) mais incentivo econômico aos agricultores da região para que os mesmos possam garantir a sobrevivência de sua família sem precisar desmatar mais áreas em sua propriedade;
- e) que seja feitas novas propostas de projeto para reflorestar nascentes já devastadas, através de cooperativas e associações criadas nas unidades atingidas;
- f) Ampla Divulgação de projetos de reflorestamento já desenvolvidos nas unidades rurais do município através dos órgãos competentes;
- g) criação de uma política de A.T.E.R – Assistência Técnica e Extensão Rural, voltada para o desenvolvimento econômico da região baseado na agricultura familiar; 8ª desenvolvimento de uma linha de crédito voltada para apoio e manutenção de áreas onde já está sendo desenvolvido a prática do reflorestamento.

### **7.3.3 Desmatamento.**

- a) implementação de projetos para que para cada árvore derrubada outra fosse plantada;
- b) investir em lavouras definitivas e receber assistência técnica para produzirem por mais tempo em uma mesma área;

- c) Trabalhar com policultivos utilizando pequenas áreas de terras, discutir com a comunidade sobre o assunto e elaborar projetos para o plantio de seringas e outras madeiras de lei e essências florestais;
- d) discutir com a comunidade sobre o assunto e elaborar projetos para o plantio de seringas e outras madeiras de lei e essências florestais;
- e) plantio de árvores nativas no mesmo espaço que se plantar lavouras; 6ª Aprovar projetos que ajudem os colonos através de incentivos fiscais;
- f) que o órgão responsável pelo meio ambiente, visite as comunidades expondo os problemas e possíveis soluções.

#### **7.3.4 Lixo e Reciclagem.**

- a) que a prefeitura se responsabilize em espalhar lixeira para todos os moradores para que os mesmos não lancem seu lixo na rua e nos terrenos baldios, e que a coleta de lixo seja feita duas vezes por semana;
- b) que o Departamento de meio ambiente em parceria com a SECTAM, ADEPARÁ, escolas e vigilância Sanitária desenvolva um trabalho educativo de educação ambiental com a população e principalmente com os comerciantes;
- c) que seja promovido oficinas de reciclável de lixo, aproveitando também as cascas de frutas, legumes e verduras;
- d) que se faça um trabalho educativo de consciência ambiental para o comércio local;
- e) Realizar uma Campanha Solidária que envolvendo, comerciantes e agricultores na doação de alimentos, frutas, legumes e verduras) para a Casa de Apoio dos idosos, Casa da gestante e escolas, melhorando a alimentação dos mesmos;

#### **7.3.5 Água – Recuperação e Valorização do Igarapé Medicilândia.**

- a) construção de uma estação de tratamento de água;
- b) campanhas educativas de sensibilização da utilização da água envolvendo os meios de comunicação;

- c) pessoa disponível para ligar e desligar o motor e outra para limpeza dos poços;
- d) reavaliação da distribuição de água e fiscalização nos locais de abastecimento e recebimento;
- e) dar uma atenção especial às minas que existem no município.

### **7.3.6 Matas Ciliares.**

- a) proporcionar condições às equipes técnicas para oferecerem aos agricultores, capacitação, a cerca do uso de novas técnicas utilizadas atualmente por alguns agricultores do município;
- b) proporcionar condições financeiras e técnicas para que as escolas em parceria com a comunidade possam produzir mudas para o reflorestamento da mata ciliar;
- c) condições para que o proprietário possa reflorestar as áreas de nascentes, das margens dos rios e igarapés, recebendo mudas sementes e acompanhamento técnico;
- d) divulgação de dados concretos de experiências da produção orgânica dentro das novas técnicas que estão sendo desenvolvidas no município;
- e) que a secretaria de educação e outras secretarias subsidiem os custos dos eventos realizados em prol da pesquisa científica em escolas que enviarem projetos e planilhas de custos antecipadamente;
- f) proporcionar a divulgação de trabalhos científicos produzidos pelas escolas, entidades ou individual em eventos Municipais além de criar eventos específicos para esse fim;
- g) conscientização da população quanto à necessidade de prevenção do meio ambiente e técnicas de produção sustentável.

A Iª Conferência Municipal de Meio Ambiente, contou com a participação de 71 delegados representando a sociedade civil organizada e com 173 participantes, num total de 244 pessoas, além da escolha de delegados para participar da IIª Conferência Estadual de Meio Ambiente, e podemos afirmar, sem medo de errar, que no processo de construção da mesma foi o momento em que mais se focou e discutiu os problemas

ambientais descritos no Plano Diretor Participativo de Medicilândia com a comunidade escolar, uma vez que o envolvimento das crianças e jovens e o apoderar-se de conhecimentos ambientais foi o que de mais rico se vivenciou nas escolas e comunidades nesse processo.

#### 7.4 ROÇA SEM QUEIMAR

O sistema Roça Sem Queimar (RSQ) é entendido como uma alternativa de Sistema Agroflorestal (SAF) para Cacau (*Theobroma cacao*), Cupuaçu (*T. grandiflorum*), Café (*Coffea canephora*) ou pimenta negra (*Piper nigrum*) baseado nos princípios agroecológicos, não somente no sentido de substituição de insumos químicos por outros alternativos, mas também, e principalmente, pela ampla participação dos pequenos agricultores no processo de construção do modelo.

Esta prática intenta reproduzir num ecossistema agrícola as condições do equilíbrio dinâmico encontradas na floresta. Para conseguir isto a técnica se concentra em três pontos considerados fundamentais: a conservação do solo, o manejo da luz e a manutenção da biodiversidade vegetal que, a sua vez, gera uma biodiversidade de fauna.

As áreas de cultivo, preferencialmente juquiras de pelo menos 10 anos, são preparados da seguinte maneira: Antes de começar, o produtor escolhe as árvores que permanecerão na área com o fim de proporcionar sombra e proteção para os cultivos. Depois de realizar o roço do sub-bosque o material orgânico é picado e, deixado na parcela para sua decomposição.

Para proteger o solo contra a perda de umidade e como abono verde, semeia-se uma leguminosa de cobertura mucuna (*Stilozobium aterrimum*) de porte rasteira e feijão guandu (*Cajanus cajan*) de porte arbustivo. Ao mesmo tempo realiza-se também a plantação do cultivo perene cacau, cupuaçu, café ou pimenta negra. A banana é cultivo semi-perene importante para o cultivo de cacau já que proporciona sombra e gera benefícios durante, pelo menos três anos. Durante este período o plantio do cultivo perene desenvolve-se e protege-se da radiação solar direta, principalmente durante o verão.

As vantagens principais observadas pelos produtores são: o aumento da produtividade do cacau e uma redução de doenças das culturas perenes a longo prazo, embora necessite investir mais tempo para estabelecer uma roça sem queimar que a roça tradicional queimada.

O projeto RSQ II que está atualmente sendo executado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) – Medicilândia e apoiado pela Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), têm como objetivo avaliar mais detalhadamente os custos e benefícios do sistema de não queimar.

As ações do Projeto Roça Sem Queimar estão contempladas nas diretrizes da política de meio ambiente do Plano Diretor, no artigo 43 parágrafo II e V.

### 7.5 LAVOURA CACAUEIRA

Os agricultores de Medicilândia e de todo estado do Pará desejam o fortalecimento da produção cacaujeira, que pela sua expressão destaca o Pará como segundo produtor brasileiro dessa lavoura, importante geradora de emprego e renda para as comunidades produtoras, sendo ainda conservadora das condições do meio em que se desenvolve.

Instituída através do decreto nº 4341, de 23 de maio de 1986, a Festa do Cacau do Estado do Pará faz parte do calendário oficial de eventos do governo estadual, entrando agora em seu oitavo momento de realização.

O Governo Estadual, através da Secretaria de Agricultura do Estado (SAGRI), a Prefeitura de Medicilândia e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), buscam tornar a Festa do Cacau um evento de grande porte e tradição no estado, constituindo-se como uma grande fonte de informações técnicas da lavoura e dos benefícios ambientais vinculados à cultura do cacau, gerando renda, e proporcionando lazer para os participantes.

Congregando produtores e suas entidades representativas, lideranças políticas e público em geral, o evento tem buscado atualizar os conhecimentos dos produtores através de palestras, cursos, treinamentos, assim como discutir alternativas para a sustentabilidade socioeconômica, política e ambiental da cacaicultura paraense.

Por ser o maior produtor de cacau do Brasil e maior produtividade do mundo, Medicilândia realizou pela terceira vez a Festa do Cacau que, aconteceu no período de 23 a 25 de novembro de 2007, que na oportunidade foi lançado o selo do cacau em sua homenagem.

O cacau está incluído entre as culturas tropicais de maior valor econômico, podendo contribuir para a fixação do homem a terra e satisfazer seus anseios de evolução

na escala social, além de promover um melhor balanceamento da atividade cacaeira a nível nacional, evitando flutuações indesejáveis na produção do País.

A Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) em parceria com a CEPLAC está desenvolvendo um trabalho de organização e valorização da produção cacaeira através do projeto de certificação do cacau, a partir da produção de cacau orgânico junto aos agricultores familiares da região.

A área média plantada por produtor não é superior a 8 (oito) hectares, perfil este de pequena propriedade, onde a força familiar é suficiente para manter a produção em níveis economicamente viáveis.

Das atividades agropecuárias, a cultura do cacau apresenta maior renda para os agricultores na região. Atualmente, 1 (uma) hectare de cacau em plena produção, consegue-se extrair, em termos líquidos, cerca de R\$ 2.700,00, o que corresponde a 7,1 salários-mínimos, quando comparados ao desempenho da pecuária (1 animal em cada hectare), não ultrapassando R\$ 300,00 líquidos.

No ano de 2006 a produção municipal alcançou 15.800 (quinze mil e oitocentos) toneladas em áreas safreiras, em uma área de 17.700ha (hectares), área que se encontra em expansão. O município conta hoje com 1.211 produtores, sendo a maioria agricultores familiares, a renda da lavoura foi R\$ 55.258.800,00, que conseqüentemente gerou para a receita estadual o valor de R\$ 6.634.296,00.

Um fator de extrema importância ocasionado pela cultura do cacau, são os serviços ambientais, no qual o cacau é um cultivo mantenedor do equilíbrio ambiental e, portanto, adequado para os ecossistemas supostamente frágeis do trópico úmido e naturalmente pode ser considerado um Sistema Agroflorestal, contribuindo para a conservação do solo e purificação do ar através do sequestro de carbono.

Contudo, é no aspecto ecológico onde a cacauicultura tem melhor justificado a sua participação no desenvolvimento da região. Os sistemas de produção praticados demonstram ser perfeitamente possível, seguro e rentável, ecológica e economicamente, a exploração das faixas de solos férteis da região. A associação do cacau com espécies temporárias (sombra provisória) e espécies permanentes (sombra definitiva), confere benefícios ao agroecossistema somente comparáveis àqueles proporcionados pelo revestimento florístico primário. Por outro lado, a fácil adaptação a sistemas de cultivos em consórcio (policultivos), coloca o cacau como uma das alternativas das mais

interessantes na reincorporação ao processo produtivo da extensa área ocupada por capoeiras na região, além de poder vir a fazer parte na composição da área de floresta nativa para fins de contabilização de área de preservação (CEPLAC).

A Festa do Cacau é importante por se tratar de um foro de debates e discussões, viabilizando a tradição e valorização de todas as variáveis que envolvem a produção do cacau, seu beneficiamento e comercialização.

### **7.5.1 Moção em manifestação de apoio aos cultivadores da lavoura cacaeira**

A Câmara dos Vereadores de Medicilândia, através da Moção nº. 001/2007 de 24 de abril de 2007 (veja anexo C), de apoio aos produtores de cacau, solicita à Assembléia Legislativa do Pará que apresente e aprove lei, tornando as áreas ocupadas pela lavoura cacaeira como área de reposição florestal.

Afirmam que a aprovação de uma lei neste sentido solucionaria dois problemas enfrentados pelos produtores que são a falta de documentação de suas terras e a reposição florestal, haja vista que, muitos produtores (incentivados a desmatar seus lotes para promover a efetiva ocupação) expandiram o desmatamento além do previsto em lei<sup>14</sup>.

No município o cacau é cultivado com outras essências florestais e, tornando a lavoura cacaeira uma área de reposição florestal, é possível corrigir uma falha de conhecimento e orientação que levou muitos agricultores a desmatarem seus lotes além do permitido em lei.

A regulamentação da área ocupada pela lavoura cacaeira como reposição florestal possibilitará a obtenção de documentos para averbar suas áreas, regularizar suas terras e conseqüentemente estarão aptos para buscar recursos nos agentes financeiros para investimento na sua lavoura.

Os serviços ambientais prestados pelo cultivo da lavoura cacaeira estão contemplados nas diretrizes da política de meio ambiente do Plano Diretor, no artigo 43 parágrafo II e VI.

---

<sup>14</sup> No período de colonização da Transamazônica 50% (cinquenta por cento) , e hoje reduzido para 20% (vinte dor cento) de seu lote de terras.

## 7.6 CONFERÊNCIA DA CIDADE DE MEDICILÂNDIA

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)<sup>15</sup> assegura em seus objetivos gerais a participação e o controle social, onde, União, Estados e Municípios, devem promover “conferência das Cidades, para possibilitar a participação de todos os segmentos da sociedade, com especial atenção aos mais excluídos, e para eleger os membros dos conselhos das cidades” p. 10.

Atendendo os desígnio da PNDU foi realizado a 1ª Conferência Municipal da Cidade de Medicilândia, convocada pelo Decreto Nº 029/2005, de 06 de maio de 2005, no dia 29 de julho de 2005. O objetivo geral da conferência foi levantar, analisar e discutir as principais dificuldades para o desenvolvimento urbano do município, relacionando-as em âmbito regional, estadual e nacional, propondo políticas públicas a serem implantadas e implementadas pela República Federativa.

A conferência Municipal da Cidade de Medicilândia teve um caráter preparatório para as Conferências Estadual e Nacional, sendo eleitos dois delegados a participarem da 2ª Conferência Estadual das Cidades, além de escolha e aprovação da plenária de seis membros para compor o Conselho de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Medicilândia, período compreendido entre 2005 e 2007.

Na oportunidade ressaltaram os desafios e o grande interesse da comunidade em discutir e participar junto ao poder público o desenvolvimento urbano do Município. Lembraram também a inexistência de políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Urbano, o que gera um grande fluxo de problemas de ordem social, como: violência, saneamento básico, moradia, entre outros.

No caso do Pará, o caminho a ser tomado para a criação e implementação das políticas de desenvolvimento é a consciência orgulhosa de que temos necessidades, costumes, valores e crenças totalmente diversas daquelas do Sul e Sudeste do país, onde se concentram os pólos radiadores da política nacional. Há portanto, a necessidade de um tratamento diverso e com perspectivas de desenvolvimento compatível com nossas singularidades. p. 9<sup>16</sup>

É importante discutir os problemas comunitários, já que os mesmos contemplam nossas singularidades e servem de referência para a confecção de propostas

---

<sup>15</sup> MINISTÉRIO DAS CIDADES **Reforma Urbana: cidade para todos**. Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. 2ª Conferência das Cidades, 2005.

<sup>16</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, **Desenvolvimento Urbano no Pará – a 3ª conferência estadual das cidades**, 2007.

apresentadas na Conferência Estadual. As temáticas trabalhadas na 1ª Conferência Municipal das Cidades foram:

### **7.6.1 Questão fundiária**

Foram apresentadas as seguintes propostas:

1ª - Regularização e legalização dos loteamentos urbanos públicos e privados na cidade e agrovilas;

2ª - Reintegração de posse em áreas disponíveis para construção de prédios públicos;

3ª: - Cadastrar para reconhecer os legítimos detentores dos direitos de posse sobre os imóveis urbanos.

### **7.6.2 Habitação**

Na área de habitação foram apresentadas as seguintes propostas:

1ª – Implantação de programas de financiamento com parcelas pagas anualmente com juros acessíveis e que garantam condições de moradias, tanto para a zona rural como para a zona urbana;

2ª – Assegurar políticas públicas diferenciada para a Região Amazônica, considerando as peculiaridades regionais como: clima, terreno, renda, e outros fatores, inclusive o uso da madeira;

3ª – Implantação do programa de geração de renda e emprego facilitando o pagamento das parcelas com descentralização e menos burocracia.

### **7.6.3 Saneamento Básico**

Nessa área foram apresentadas as seguintes propostas:

1ª – Ampliação e Criação de redes de tratamento de água e a construção de poços artesianos para atender toda a população da Cidade de Medicilândia;

2ª – Criação e Manutenção de rede de esgoto e o asfaltamento de todas as ruas da Cidade e dos bairros e

3ª – Fazer uma política de conscientização da seleção e coleta do lixo assim como a construção de uma fábrica de reciclagem e compostagem do lixo. Ampliar a equipe de vigilância sanitária de modo que atue com eficiência para que as exigências sejam

respeitadas e cumpridas. Implementação do Conselho de Vigilância Sanitária e Ambiental. Essas foram as propostas elaboradas pelos grupos temáticos e apresentadas à plenária onde houve discussão, inclusive com destaques apresentados pelos delegados e participantes, sendo que em seguida houve a aprovação das propostas que foram encaminhadas a II Conferência Estadual.

A 1ª Conferência Municipal da Cidade de Medicilândia contou com 59 delegados e 96 participantes e convidados, somando 155 pessoas.

No acompanhamento das ações da gestão pública municipal detectamos que na **Questão Fundiária** - foi regularizado uma parte dos loteamentos da cidade, todavia nas agrovilas não foi possível promover a regularização porque o INCRA não repassou a légua patrimonial para o município. Para garantir a reintegração de posse em áreas públicas a Prefeitura enviou para a CAIXA Econômica um projeto que viabiliza a construção de 50 casas populares que atenderá a famílias residentes em área de invasão de bens público.

**Habitação** – houve a implantação de programas de financiamento com parcelas pagas anualmente com juros acessíveis e que garantam condições de moradias somente para a zona urbana;

**Saneamento Básico** - já foi aprovado o projeto junto a FUNASA para o tratamento de água e ampliação da rede de distribuição<sup>17</sup>, foi perfurado um poço artesiano na Agrovila Nova Fronteira. Está em fase de análise na FUNASA um projeto de Criação e Manutenção de rede de esgoto para o centro da cidade. A cidade ganha a primeira praça pública e os primeiros 6 km de asfalto, distribuído em ruas do centro e periferia. Veja figuras 19 e 20



**Figura 19: Asfaltamento da sede do município**

<sup>17</sup>

Aguardando a liberação verba.



**Figura 20: Praça pública de Medicilândia**

O encaminhamento desses projetos junto a FUNASA atende a demanda da conferência das cidades e do PDP no artigo 44 da utilização racional das águas e saneamento ambiental integrado.

### 7.7 ATERRO SANITÁRIO

O presente projeto tem como escopo, a formulação de uma proposta de solução para o problema do tratamento e destino final dos resíduos do município de Medicilândia, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, os quais poderão a curto e médio prazo, minimizar os impactos ambientais e os problemas de saúde, causados pela disposição desordenada dos resíduos do município, problema este que vem se arrastando por vários anos, e que tem contribuído decisivamente para a redução do nível de qualidade de vida da população de Medicilândia.

Neste sentido, todo e qualquer esforço justifica-se, sendo importante a adoção de ações e intervenções com propósito de promover as mudanças necessárias para alterar o quadro crítico atual e restabelecer o equilíbrio ambiental, até então, afetado pela ação antropogênica indiscriminada.

O Município Produz atualmente em média 13 toneladas de resíduos sólidos urbanos e rurais por dia, porém, segundo dados do IBGE, apenas aproximadamente 29,5% é coletado e destinado ao lixão, o restante é queimado ou enterrado nos quintais ou ainda simplesmente descartado, estando incluído os resíduos domiciliar, hospitalar, de feiras e mercados. Constitui-se de uma massa heterogênea e complexa, disposta em um lixão em área adquirida pela Prefeitura Municipal.

Nos últimos anos, a forma indiscriminada de dispor os resíduos vem causando uma série de problemas ambientais, tais como a poluição do solo, ar e recursos hídricos superficiais.

O modelo proposto para o tratamento do lixo em Medicilândia é conhecido como Aterro Sanitário Celular<sup>18</sup>, constituído de célula drenos de chorume, dreno de gases, tratamento térmico e drenagem pluvial. As células serão construídas em argila compactada que armazenarão o lixo, que também deve ser compactado através de processo manual ou mecanizado, reduzindo seu volume pela metade podendo chegar a 75%, eliminando assim a proliferação de insetos e vetores do lixo.

O Aterro Sanitário<sup>19</sup> consiste na construção de uma área adequada para o tratamento do lixo da cidade de Medicilândia em terreno medindo inicialmente 250 x 25m e posteriormente acrescido de mais 250 x 250m, no qual conterà duas células para aterramento dos resíduos com drenos de chorume e drenos de gases, contendo ainda a construção de um canal de águas pluviais e lagoa de evaporação.



**Figura 21: Local destinado a instalação do Aterro Sanitário em Medicilândia**

## 7.8 DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA EM MEDICILÂNDIA

Como outros municípios da região, Medicilândia tem graves problemas com a situação em que se encontra o saneamento básico, especialmente na sede, onde se concentra um número cada vez mais crescente de moradores, até mesmo por conta da migração interna.

A captação de água do município fica por conta da Prefeitura, sendo realizada em quatro pontos, na barragem do Projeto Pacal, que atende maior número de famílias, na Mina Pacal, atende o bairro da Vila Pacal, na Mina do Igarapé Surubim, atende o centro

---

<sup>18</sup> Uma demanda do PDP artigo 45 – do destino dos resíduos sólidos.

<sup>19</sup> Veja na Fotografia 21 o Local destinado a instalação do Aterro Sanitário em Medicilândia

da cidade e na Mina do Hélio Carvalho, atende parte do centro da cidade, hospital municipal e colégio Abraham Lincoln. A água adquirida nesses pontos de captação é distribuída para a população sem recebe nenhum tipo de tratamento, pois o município não possui os serviços da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA).

Além da má qualidade de água disponibilizada, a população de Medicilândia ainda sofre com os problemas de insuficiência, principalmente os bairros abastecidos com água do igarapé Seico, popularmente conhecido como Barragem, veja figura 22. Há rede de distribuição em toda a cidade, entretanto há um racionamento de água, veja cronograma no tabela 8 abaixo.

**Tabela 8: Cronograma de abastecimento de água proveniente da Barragem**

<b>Dias da Semana</b>	<b>Locais de abastecimento de água</b>
Segunda e Quinta	Vila Nova, Colégio Novo,
Terça e Sexta	Cacoal e Alto da Bela Vista
Quarta e Domingo	Vale das Minas, lado alto e lado baixo

Somente o centro da cidade e os bairros Surubim, Hélio Carvalho e Vila Pacal, são abastecidos diariamente com água proveniente das minas<sup>20</sup>. Os bairros citados na tabela 8 além de sofrerem com o racionamento, recebem água de péssima qualidade, agravando no período de chuvas onde a barragem recebe enxurrada proveniente das encostas elevando a turgidez da água, acentuando os problemas de saúde.



**Figura 22 – Barragem da Usina Pacal - Local de Captação de Água**

<sup>20</sup>

Observe a figura 23 Mina Pacal – Local de Captação de Água.



**Figura 23 – Mina Pacal – Local de Captação de Água**

### 7.9 ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA)

Em função da grande problemática da qualidade e quantidade da água, o Município de Medicilândia, através da Prefeitura Municipal está com um projeto orçado em cerca de R\$ 1.200.000,00, junto a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), para a implantação de uma Estação de Tratamento de Água (ETA), atendendo os incisos I, IV, V, VII e VIII do artigo 44 do PDP. A estação de tratamento, tem como objetivo, melhorar a captação e a qualidade da água, além de ampliar a rede de distribuição.

O Estatuto das Cidades no artigo 39 – do plano diretor, descreve que:

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

### 7.10 PROJETO FLORESCER

O Projeto Social “FLORESCER”, é patrocinado pela PETROBRAS e executado através da Secretaria Municipal de Assistência Social. No ano de 2007 funcionou com recursos de R\$ 220.000,00 atendendo 120 crianças e adolescentes, entre 8 e 18 anos em situação de vulnerabilidade social, através de ações que resgatam a dignidade e auto-estima, formando agentes transformadores da sociedade, preparando-os para serem inseridos no mercado de trabalho, através de oficinas profissionalizantes, que oferecem cursos nas áreas de Artesanato Florestal; Serigrafia (com noções de letrista e faixista) e, Jardinagem.

O curso de Artesanato Florestal faz o reaproveitamento de madeira descartada pelas serrarias e o de jardinagem além de capacitar os jovens viabiliza a disponibilidade de mudas ornamentais para o município, veja figura 24.



**Figura 24: Alunos do Projeto Florescer no curso de Jardinagem.** Fonte: Projeto Florescer

A coordenadora pedagógica do projeto em 2008, Alexandra Nascimento da Silva, afirma em entrevista que: *“não terá nem oficinas nem cursos ambientais este ano, porque a verba do projeto foi reduzida drasticamente. Daremos continuidade ao curso de serigrafia e as atividades culturais e desportivas, pois além de ter o orçamento reduzido há carência no município de pessoal adequado para ministrar os cursos e oficinas. Na tentativa de dar continuidade as ações ambientais, iremos convidar o departamento de Meio Ambiente para promover palestras para os alunos. Estamos pensando em fazer uma gincana do meio ambiente no município, e a participação dos alunos será em apresentar trabalhos e dar depoimentos”*.

Observamos que as ações desenvolvidas através desse projeto condizem com o proposto no Artigo 43, inciso III da política de meio ambiente do Plano Diretor Participativo Municipal, porque há uma mobilização dos alunos, familiares e sociedade ampliando a educação ambiental no município através dos cursos e oficinas promovidos.

É importante registrar aqui, que apesar das ações ambientais desse governo direcionadas à sociedade, quando se trabalha o social com a população, tais ações não são prioridades, pois é preferível ter uma rentabilidade que possa garantir o sustento da família e a inserção no mercado de trabalho hoje, já que Medicilândia município paraense não foge da triste estatística realizada pelo PNUD em 2006 que destaca o Pará em 16º lugar no ranking dos Estados brasileiros, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,720.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A falta de uma política ambiental, eficiente na região da Transamazônica está diretamente relacionada ao modelo de desenvolvimento imposto pelo governo militar desde a abertura da Rodovia Transamazônica na década de 70, no qual foram trazidas pessoas de todo país para a região, incentivados a ocupá-la de forma predatória mediante a substituição da floresta por atividades agropecuárias, além da exploração de madeira de lei, criando ao longo do tempo uma cultura na população de descaso ambiental.

Os impactos sobre o meio ambiente, tanto na sede do município de Medicilândia quanto nas áreas de seu entorno, estão cada vez mais intensos, seja oriundo das atividades econômicas (substituição de áreas de matas por pastagens, por exemplo), ou seja, os ligados à forma de ocupação e intensidade de uso do território, como é o caso de ocupações de terra em regiões alagáveis ou em áreas de nascentes, estabelecendo um importante desafio para o PDP.

Apesar de relativamente recente, a elaboração e aprovação do Plano Diretor Participativo de Medicilândia foi de elevada importância para o município, tendo em vista que um dos maiores problemas das cidades brasileiras hoje, está relacionado ao seu crescimento desordenado, sem o mínimo de planejamento. A elaboração desse plano é uma demonstração da vontade política de enfrentar o desafio de organizar e planejar o processo de crescimento desse município.

A participação popular no processo de construção do Plano Diretor Participativo de Medicilândia foi fundamental para que as especificidades do município fossem compreendidas e contempladas, além de explicitar os principais anseios da população, transformando-se em um instrumento de extremo valor para a administração municipal, que passa a ter uma melhor compreensão da importância das questões ambientais, tendo a oportunidade de trabalhar junto à sociedade, aumentando as possibilidades de melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram nesse lugar e conseqüentemente para as futuras gerações.

O processo de Elaboração do PDP de Medicilândia promoveu uma ampla articulação entre cientistas, movimentos sociais, parlamentares e comunidade em geral, enriquecendo a construção do Plano e proporcionando a sensibilidade ambiental da população, fortalecendo o processo de organização social, ampliando e socializando os conhecimentos sobre os instrumentos de gestão municipal para uma grande parcela da sociedade. Como objeto disso podemos citar a implantação do Fórum da Agenda 21 Local,

que consiste em um instrumento de planejamento e proposições de ações para consolidação da gestão ambiental municipal.

Com a realização de leituras técnicas e comunitárias contempladas na elaboração/construção do PDP, foi disponibilizado um conjunto de informações sistematizadas e atualizadas sobre o município de Medicilândia (diagnóstico) aos poderes executivo, legislativo e população em geral.

Outro fator importante que se constitui em alternativa de acesso a recursos para investimentos em áreas que não consegue ser cobertas por repasses tradicionais (FPM) é a aprovação de projetos, que são responsáveis pelas ações ambientais desenvolvidas no município, projetos como o Medicilândia Sustentável que tem como objetivo principal o fortalecimento do sistema de planejamento, ordenamento e gestão ambiental e territorial, visando promover o desenvolvimento local sustentável na área urbana e rural do município de Medicilândia, e o Projeto Recuperação de Nascentes, que objetiva a recuperação das áreas de preservação permanente, a proteção de nascentes, incentivando a parceria e a gestão social.

O desenvolver-se de ações ambientais no município de Medicilândia é completamente dependente da elaboração e aprovação de projetos disponibilizados em editais de ordem pública ou privados, pois o orçamento municipal por si só, não é suficiente para desenvolver atividades nessa área, sendo notório a ausência de uma política ambiental alinhada entre os entes federados, União, Estado e Municípios.

Com a implementação do PDP foi detectado alterações na gestão municipal que resultaram em mais coerência, eficiência administrativa e, talvez, mais transparência nas ações do poder público.

Os acontecimentos globais como: aquecimento global, derretimento de geleiras, aumento dos oceanos entre outros acontecimentos, não são suficientes para que questões ambientais sejam encaradas com o seu devido valor, pois ações de preservação ambiental não combinam com “desenvolvimento”, um exemplo claro que temos é a Câmara Municipal de Medicilândia, que hoje se nega a criar a Secretaria de Meio Ambiente, alegando que seria apenas mais um cargo eleitoreiro.

Sensibilizar, conscientizar e mudar hábitos paralelos a ações concretas são palavras chaves que promovem uma nova postura para conservar e usar racionalmente os recursos naturais com responsabilidade.

## **9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério das Cidades **Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Governo Federal do Brasil, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades **Reforma Urbana: cidade para todos**. Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. 2ª Conferencia das Cidades, Brasília: Governo Federal do Brasil, 2005.

CAMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA. Moção nº 001 de 24 de abril de 2007. In: Camara Municipal de Medicilândia. **Moção nº 001 de 24 de abril de 2007** Medicilândia . 3 p.

CARDOSO, A. C. e CARVALHO, G. **Planos Diretores Participativos: experiências amazônica**. Belém: UFPA, 2007

**Estatuto das Cidades** (2001). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm) Acessado em: 10/01/2008.

FARIAS, Paulo José Leite. **Água bem jurídico econômico ou ecológico?** Brasília: Brasília Jurídica. 2005

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, **Desenvolvimento Urbano no Pará – a 3ª conferência estadual das cidades**, 2007.

IDESP - Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. Serie **MUNICÍPIOS PARAENSES**, 1990

FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar – Projeto Gestão Integrada da Paisagem, 2007

MARICATO, E. **Brasil, cidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MEDICILÂNDIA. Lei nº 136/95 de 27 de novembro de 1995. In: Secretaria Municipal de Administração. **Lei. nº 136/95 de 27 de novembro de 1995**. Medicilândia .

MEDICILÂNDIA. Lei nº 306/2006 de 29 de dezembro de 2006 In: Secretaria Municipal de Administração. **Lei nº 306/2006 de 29 de dezembro de 2006.** Medicilândia

MEDICILÂNDIA. Lei Nº 017/89, de 23 de junho de 1989. In: Secretaria Municipal de Administração. **Lei Nº 017/89, de 23 de junho de 1989.** Medicilândia .

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro** 25ª ed. São Paulo. Malheiros editores, 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1998.

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de desenvolvimento humano.** 2006

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território da Transamazônica, 2006.

**ANEXO A - A Lei Orgânica Municipal no Capítulo IV – Do Meio Ambiente, determina o papel do município na gestão do meio ambiente.**

Art. 183 – Todos têm direito ao meio-ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se a todos e, em especial, ao poder público municipal, o dever de defendê-lo e preservá-lo, para o benefício das gerações atuais e futuras.

§ Único – O direito ao ambiente saudável estende-se ao ambiente de trabalho, ficando o Município obrigado a garantir e proteger o trabalhador contra qualquer condição nociva à sua saúde física e mental.

Art. 184 – É dever do poder público municipal elaborar e implantar, através de lei, plano municipal de meio-ambiente e recursos naturais, que contemplará a necessidade de conhecimento das características e recursos dos meios físicos e biológicos, de diagnóstico de sua utilização, definição de diretrizes para um melhor aproveitamento no processo de desenvolvimento econômico/social.

Art 185 – Cabe ao poder público municipal, através de seus órgãos de administração;

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais das espécies e dos ecossistemas;

II – preservar e restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio biológico e paisagístico no âmbito municipal e fiscalizar as entidades de pesquisa e manipulação genética;

III – definir e implantar áreas e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais do espaço territorial do Município a serem protegidos, sendo a alteração e supressão, inclusive dos já existentes, permitidos somente através de lei vedada a qualquer utilização que comprometa a integridade dos tributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, para instalação de obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação do meio-ambiente, a que se dará publicidade, garantida audiência pública, na forma da lei;

V – garantir a educação ambiental em todos os níveis de ensino, e conscientização pública para prevenção do meio-ambiente;

VI - proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloca em risco sua função ecológica, provoquem crueldade, de suas espécies e sub-produtos;

VII – proteger o meio-ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – registrar, fiscalizar e acompanhar as concessões de pesquisas, exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

IX – definir o uso de ocupação do solo, subsolo e água, através de planejamento que englobe diagnóstico, análises técnicas e definição de diretrizes de gestão dos espaços, com a participação popular e socialmente negociadas, respeitando a conservação da qualidade ambiental;

X – estimular e promover o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especial proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a concessão e índice mínimo de cobertura vegetal;

XI – controlar e fiscalizar a produção, a estocagem de substâncias, o transporte, a comercialização e a utilização de técnicas em todas as instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a a/saudável qualidade de vida ao meio-ambiente natural e de

trabalho, incluindo materiais genéticos alterados pela ação humana, resíduos químicos e fonte de radioatividade;

XII – requisitar a realização periódica de auditorias nos sistemas de controle de poluição e prevenção de risco de acidentes, nas instalações e atividades de significativo potencial popular, incluindo a avaliação detalhada dos defeitos de operações sobre a qualidade física, química e biológica dos recursos ambientais, bem como sobre a saúde dos trabalhadores e da população afetada;

XIII – estabelecer, controlar e fiscalizar padrões de qualidade ambiental, considerando os efeitos sinérgicos e cumulativos da exposição às fontes de poluição, incluída a absorção de substâncias químicas através da alimentação;

XIV – garantir o amplo acesso dos interessados às informações sobre fontes de poluição e degradação ambiental e em particular, aos resultados das monitoragens e auditorias a que se refere o inciso XII deste Artigo;

XV – informar sistematicamente e amplamente à população sobre os níveis de poluição e qualidade do meio-ambiente, as situações de risco de acidente e a presença de substâncias potencialmente nocivas à saúde, em água potável e nos alimentos;

XVI – promover medidas judiciais administrativas de responsabilização contra os causadores de poluição e degradação ambiental;

XVII – incentivar a integração das universidades, instituições de pesquisa e associações civis, nos esforços para garantir e aprimorar o controle da poluição, inclusive no ambiente de trabalho;

XVIII – estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fonte de energia alternativa, não poluente, bem como de tecnologia específica;

XIX – é vedada a concessão de recursos públicos ou incentivos fiscais, a atividades que desrespeitem as normas e padrões de proteção ao meio-ambiente natural e do trabalho;

XX – recuperar a vegetação em áreas urbanas, segundo critérios definidos em lei;

XXI – discriminar através da lei:

- a) - as áreas e as atividades de significativa potencialidade de degradação ambiental;
- b) – os critérios para os recurso de impacto ambiental e relatório de imposto ambiental;
- c) – o licenciamento de obras causadoras de impacto ambiental, obedecendo sucessivamente os seguintes estágios de licença prévia de instalação e funcionamento;
- d) – as penalidades para empreendimentos já iniciados, ou concluídos, sem licenciamento, a recuperação de área degrada, segundo os critérios e métodos definidos pelos órgãos competentes;
- e) – os critérios que nortearão a existência de recuperação ou reabilitação das áreas sujeitas a atividades de mineração;

XXII – exigir o inventário das condições ambientais.

Art. 186 – Aqueles que exploram recursos minerais ficam obrigados à recuperar do meio-ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Art. 187 – É obrigatória a recuperação da vegetação nativa nas áreas protegidas por lei e todo proprietário que não respeitar ao desmatamento, deverá recuperá-lo.

Art. 188 – É proibida a instalação de reatores nucleares, com exceção daqueles destinados à pesquisa científica ao uso terapêutico, cuja localização e especificação serão definidas em lei complementar.

Art. 189 – O poder público municipal manterá obrigatoriamente o Conselho Consultivo Municipal do Meio-ambiente, órgão composto paritariamente por representantes da sociedade civil, cujas atribuições serão definidas em lei.

§ 1º - Para realizar suas atribuições, o Conselho Consultivo Municipal do Meio-ambiente promoverá audiências públicas, para ouvir as entidades interessadas, especialmente os representantes das populações atingidas.

§ 2º - As populações atingidas pelo impacto ambiental de projetos públicos ou privados, deverão ser consultadas através do referendo ou plebiscito.

Art. 190 – As consultas ou atividades lesivas ao meio-ambiente, sujeitarão os infratores à aplicação de multas diárias e progressivas, nos casos de continuidade ou reincidência, incluída a redução do nível de atividade e a interdição, independente da obrigação de restaurar os danos causados.

Art. 191 – Nos serviços prestados pelo Município e na sua concessão, permissão ou renovação, deverá ser avaliado o impacto ambiental.

§ Único – As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, deverão atender rigorosamente os dispositivos de proteção ambiental, não sendo permitida a renovação de permissão ou concessão, no caso de desobediência.

Art. 192 – Aquele que utilizar recursos ambientais fica obrigado, na forma da lei, a realizar programas de monitoragem a serem estabelecidos pelos órgãos competentes.

Art. 193 – Os recursos oriundos de multas administrativas e condenações judiciais por atos lesivos ao meio ambiente, além das taxas incidentes sobre a utilização dos recursos ambientais, serão destinadas a um fundo regido pelo Conselho Municipal do Meio-ambiente, na forma da lei.

Art. 194 – São áreas de proteção permanente:

I – as áreas de proteção das nascentes dos rios;

II – as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso e reprodução de espécies migratórias.

III – os açais.

Art. 195 – O poder público municipal deverá dar adequado tratamento e destino final aos resíduos sólidos e as fluentes de esgoto de origem doméstica, exigindo o mesmo procedimento aos responsáveis pela produção de resíduos sólidos e fluentes industriais.

## ANEXO B - CÓDIGO DE POSTURAS – Lei Nº 017/89, de 23 de junho de 1989

### CAPÍTULO I DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 47 – Para impedir ou reduzir a poluição do meio ambiente, o Município promoverá medidas para preservar o estado de salubridade do ar, evitar os resíduos e sons excessivos, e a contaminação das águas.

Art. 48 – Ao Município incube implantar programas e projetos de localização de empresas que produzam fumaça, odores desagradáveis, nocivos ou incômodos à população.

### CAPÍTULO II DA POLUIÇÃO DO AR

Art. 49 – Os estabelecimentos que produzam fumaça, desprendam odores desagradáveis, incômodos ou prejudiciais à saúde, deverão instalar dispositivos para eliminar ou reduzir ao máximo os fatores da poluição, de acordo com os programas e projetos implantados ou aprovados pelo município.

### CAPÍTULO III DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 50 – É vedado perturbar o bem-estar e o sossego público ou de vizinhanças com ruídos, barulhos, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma e que ultrapassem os níveis máximos de intensidade fixados pelo município.

Art. 51 – Para impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons ou ruídos excessivos, incumbe ao município:

I – impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas e oficinas que produzam ruídos, sons excessivos ou incômodos em zona residenciais.

II – impedir o uso de qualquer aparelho, dispositivo ou motor de explosão que produza ruídos incômodos ou sons além dos limites permitidos.

III – sinalizar, convenientemente, as áreas próximas a hospitais, casas de saúde e maternidade.

IV – disciplinar o horário de funcionamento noturno das construções.

V – impedir a localização de casas de diversões públicas, em locais de silêncio.

Art 52 – Não poderão funcionar aos domingos e feriados em horário compreendido entre 22h e 6h, máquinas, motores e equipamentos eletro-acústicos em geral, de uso eventual, que embora utilizando dispositivos para amortecer os efeitos do som, não apresentam diminuição sensível das perturbações ou ruídos.

Parágrafo Único: O funcionamento nos demais dias e horários dependerá de autorização prévia do setor competente do Município. A infração do disposto neste artigo, acarretará a pena de multa de 20% a 40% do Valor de Referência Regional.

Art. 53 – Casas de comércio ou locais de diversões públicas como parques, bares, cafés, restaurantes, cantinas e boates, nas quais haja execução ou reprodução de números musicais ou orquestras, instrumentos solados ou aparelhos de som deverão adotar instalações adequadas e reduzir sensivelmente a intensidade de suas execuções ou reproduções, de modo a não perturbar o sossego da vizinhança.

Parágrafo Único: A infração no disposto neste artigo, acarretará pena de multa de 40 a 60% do Valor de Referência Regional.

#### CAPÍTULO IV DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 54 – Para impedir a poluição das águas, é proibido:

I – as indústrias, oficinas deportarem ou encaminharem a cursos d'água, lagos e reservatórios de água, os resíduos e detritos provenientes de suas atividades, em desobediência e regulamentos Municipais. PENA: 1.000 VRR (Valor de Referência Regional).

II – canalizar esgotos para a rede destinada ao escoamento de águas pluviais. PENA: de 200 a 500 VRR (Valor de Referência Regional).

III – localizar estábulos e estabelecimentos semelhantes nas proximidades de cursos d'água, fontes, represas, lagos, de forma a proporcionar a poluição das águas. PENA: 50 a 100 VRR (Valor de Referência Regional).

**ANEXO C – MOÇÃO 001/2007**

ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

MOÇÃO 001/2007      MEDICILÂNDIA-PA, 24 DE ABRIL DE 2007.

Os Vereadores subscritores solicita à Assembléia Legislativa do Estado do Pará, que apresente manifestação de apoio aos cultivadores da Lavoura Cacaueira,

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Quando trazidos para a região da Transamazônica, os emigrantes receberam terras do INCRA, que na época eram orientados pelo próprio Órgão que teriam a obrigação de desmatar suas terras, garantindo assim sua titulação.

Como é de conhecimento de todos, que esta Região, é grance produtora de Lavoura de Cacau.

Portanto, ao longo dos anos não foram observado as leis já existentes que trata sobre a proteção de áreas florestais, pois o objetivo do Governo era a época permanência dessas pessoas na Região, uma vez que tinham como lema: "integrar para não entregar". Com isso, muitos proprietários de terras, expandiram o desmatamento além do previsto em leis que era de 50% (cinquenta por cento), e hoje reduzido para 20%



ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

(vinte por cento), sendo que na sua maioria foram plantado a lavoura cacaueteira consorciadas com outras essências florestais, esta compensou de alguma forma o desmatamento florestal.

Mas essa compensação não é considerada pelos órgãos federais, e os produtores não conseguem documentos para averbar suas áreas, e com isso ficam impossibilitados de regularizar suas terras, e conseqüentemente incapacitados para buscar recursos nos agentes financeiros para investimento na sua lavoura.

Razão pela qual o Plenário desta Casa de Leis, vem através dessa moção de apoio a esses produtores solicitar a Assembléia Legislativa, que apresente e aprove lei, tornando as áreas ocupadas pela lavoura cacaueteira como área de reposição florestal, só assim a falha do passado, cometida por falta de conhecimento e orientação, será corrigida e incentivará outros produtores a aderir o cultivo dessa lavoura na região.

Assim sendo estaremos solucionando dois problemas enfrentado pelos produtores que são a falta de documentação de suas terras e a reposição florestal.

Neste sentido, com embasamento nas disposições do Art. 163 do Regimento Interno da Câmara Municipal, urge requerer deste Poder Legislativo Municipal que, acatando a presente Moção, faça encaminhar a Assembléia Legislativa do Estado do Pará, para que tome as providências cabíveis.

Essa iniciativa, tem como objetivo dar reconhecimento à capacidade e importância para com os produtores da Lavoura Cacaueteira, uma vez que muito contribuirão para que os Produtores de Cacau, saiam

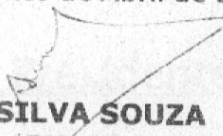


ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

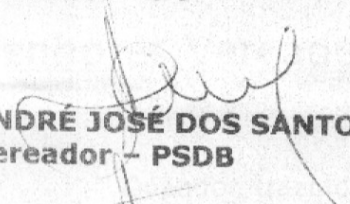
da inadimplência.

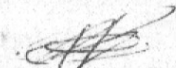
Requeiro, ainda que a referida Moção seja encaminhada para conhecimento, ao Governo do Estado.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Medicilândia-Pa, aos 24 dias do mês de Abril de 2007.

  
**ARILTON SILVA SOUZA**  
Vereador - PV

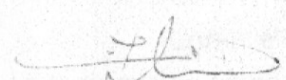
  
**ADEMIR VENTURIN**  
Vereador - PT

  
**ANDRÉ JOSÉ DOS SANTOS**  
Vereador - PSDB

  
**CARLOS ROBERTO PINOTTI**  
Vereador - PT

  
**CELSO TRZECIAK**  
Vereador - PMDB

  
**VALDIR DA SILVA**  
Vereador - PT

  
**IVALDO TONTINI**  
Vereador - PDT

  
**SEBASTIÃO LEITE DE CARVALHO**  
Vereador - PSB

  
**VALTAÍR TEIXEIRA DA ROSA**  
Vereador - PSDB